



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO DE CIÊNCIA SOCIAIS APLICADA

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

PAULO HENRIQUE SILVA SANTOS

**O PROCESSO DE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO DA BIBLIOTECA DA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ: um olhar sob o prisma do método**

Conspectus no acervo bibliográfico

Belém

2019

PAULO HENRIQUE SILVA SANTOS

**O PROCESSO DE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO DA BIBLIOTECA DA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ: um olhar sob o prisma do método
Conspectus no acervo bibliográfico**

Trabalho de Conclusão do curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros

Belém

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo
com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados
fornecidos pelo (a) autor(a)**

- S237d Santos, Paulo Henrique Silva
O Desenvolvimento de coleção, seleção, aquisição da
biblioteca da Procuradora da República no estado do Pará : um
olhar sob o prisma do método Conspectus de acervo bibliográfico
/ Paulo Henrique Silva Santos. — 2019.
94 f. : il.
- Orientador(a): Prof. Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros
Barros
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - 3, Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém,
2019.
1. Conspectus. 2. Desenvolvimento de Coleção. 3.
Procuradoria da República no Pará. 5. Procuradoria da
República no Pará. I. Título.

CDD 025.21

PAULO HENRIQUE SILVA SANTOS

**O PROCESSO DE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO DA BIBLIOTECA DA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ: um olhar sob o prisma do método**

Conspectus no acervo bibliográfico

Trabalho de Conclusão orientado pelo Prof. Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros, apresentado ao Curso de Bacharelado de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Data de Aprovação: 05/07/2019

Banca Examinadora:

Lucivaldo Vasconcelos Barros – Orientador
Doutor em Desenvolvimento Sustentável
Universidade Federal do Pará

Williams Jorge Correa Pinheiro – Membro
Mestre em Serviço Social-Políticas Sociais e Cidadania
Universidade Federa do Pará

Nara Raimunda de Almeida Santos
Mestranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Para

AGRADECIMENTO

Agradeço à Universidade Federal do Pará e Faculdade de Biblioteconomia pelos quatro anos de curso conhecimentos adquiridos. A meus professores da Faculdade de Biblioteconomia por todos os ensinamentos, conselhos e experiências disseminados para que a formação fosse tanto técnica e humanistas, um perfil de profissional que é um agente de comunicação e orientação a pessoas com distintos traço que procuram em espaço para se informarem.

Em especial gostaria de agradecer ao meu orientador Lucivaldo Vasconcelos Barros pela sua constante atenciosidade, receptividade e paciência tanto como orientador e professor que inspiram a segui seus passos como modelo de profissional e pessoa

Ao meu prezado pai (Ayrton da Silveira Santos), pelo apoio constante na minha formação e minha querida mãe (Orlandina Silva de Moura) por todo carinho que mesmo a distância me acompanha.

A minha irmã (Haedra Jenifer de Moura Cabral) que não fosse por você não teria entrado no curso de biblioteconomia e não teria vivido experiências tão maravilhosas no dia-dia da biblioteconomia.

Aos meus amigos adquiridos no curso, com carinho especial para Ricardo da Silva Pascoal e Jeferson Vespúcio Sena com que dividi momentos maravilhosos ao longo de toda graduação e aprendi o valor da confiança, amizade e dedicação em todos os trabalhos realizados.

A Simone Craveiro Matos minha primeira supervisora de estágio da Fundação Cultural, no setor de Microfilmagem pelas lições profissionais e sobre a vida.

A toda equipe da Procuradoria da República no Estado do Pará agradeço pela oportunidade de ter estagiado e aprendido que a busca da excelência e dedicação no serviço público deveriam ser exemplos a todos os órgãos públicos. Em especial gostaria de agradecer a equipe da biblioteca o que tive o prazer de conviver (Ana Silva Santos, Helena Margareth Farias, Amanda Garcia Gomes e Carmem Santana Costa) pelo respeito, parceria e dedicação para que a Biblioteca seja cada vez mais participativa.

***“Se eu vi mais longe, foi por estar
sobre ombros de gigantes”.***

***“Construímos muros demais e pontes
de menos”.***

Sir Issac Newton (1643-1727)

RESUMO

Apresenta um estudo sobre o desenvolvimento da coleção, com ênfase nos processos de seleção e aquisição de livros da Procuradoria da República no estado do Pará. Com o objetivo central desta pesquisa é de compreender a atividade de desenvolvimento de coleção, aplicando a metodologia Conspectus, recomendada pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA), na Procuradoria da República no estado do Pará. Como os seguintes objetivos específicos: a) descrever níveis da coleção da PR/PA por áreas, como estudo que pretenderá aplicar a metodologia Conspectus a coleção; b) identificar as tendências dos assuntos da PR/PA, conforme a missão institucional e escopo das câmaras institucionais e c) modelar os processos de desenvolvimento de coleção, com ênfase na seleção e aquisição. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória no estado de arte do desenvolvimento de coleção nos autores nacionais considerados referência sobre o assunto, além de se ter base na compreensão do método Conspectus tanto nacional como internacional e a sua possibilidade de se utilizar para avaliar a coleção de bibliotecas jurídicas em conjunto com os critérios de seleção, padronização das atividades de aquisição da Procuradoria da República no estado do Pará, como fundamento para uma política de desenvolvimento de coleção. A pesquisa também é descritiva ao inventariar os assuntos principais e classificar por níveis da coleção. E por fim, ao utilizar aplicação dos conhecimentos de gestão por processo e qualidade na oferta de serviços e produtos se modela os processos de seleção e aquisição a fim que possam ser objetivos e melhorados constantemente junto com o Conspectus, para isso se utilizar o software Bizagi o qual cria fluxos de atividades e documenta processos.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento de Coleção. Conspectus. Seleção. Aquisição. Procuradoria da República no Estado do Pará. Nível da Coleção. Qualidade da Informação.

ABSTRACT

It presents a study about the development of the collection, with emphasis on the processes of selection and acquisition of books of the Procuradoria da República no Estado do Pará. With the main objective of this research is to understand the activity of collection development, applying the methodology Conspectus, recommended (IFLA) in the Attorney General's Office in the state of Pará. As the following specific objectives: a) to describe levels of the PR/PA collection by areas, as a study that intends to apply the Conspectus methodology to collection; b) identify the trends of the PR/PA subjects, according to the institutional mission and scope of the institutional chambers, and c) model collection development processes, with emphasis on selection and acquisition. The methodology used was the exploratory research in the state of the art of collection development in the national authors considered reference on the subject, in addition to being based on the understanding of the Conspectus method both nationally and internationally and its possibility of being used to evaluate the collection of legal libraries together with the selection criteria, standardization of the acquisition activities of the Procuradoria da República no Estado do Pará, as a basis for a collection development policy. The research is also descriptive to invent the main subjects and class by levels of the collection. Finally, using the application of management knowledge by process and quality in the offer of services and products models the processes of selection and acquisition so that they can be objective and constantly improved together with the Conspectus, so if using Bizagi software which creates activity streams and documents processes.

Keywords: Development of the Collection. Conspectus. Selection. Acquisition. Procuradoria da República no Estado do Pará. Collection Level. Quality of Information

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO	18
2.1 Conjunturas Históricas	18
2.2 Políticas de Desenvolvimento de Coleção	25
2.3 Seleção	27
2.3.1 Política de Seleção	27
2.3.2 Comissão de Seleção	29
2.4 Aquisição	31
2.4.1 Aquisição por compra	32
2.4.2 Aquisição por doação	32
2.4.3 Aquisição por permuta	33
2.5 Desbastamento	33
2.5.1 Descarte	34
2.5.2 Descarte nas Unidades Jurídicas	35
2.6 Estudos da Comunidades	36
2.7 Avaliação da Coleção	37
2.7.1 Porquê Avaliar?	38
2.7.2 Método para se avaliar	39
2.7.3 Métodos quantitativos	39
2.7.4 Métodos qualitativos	40
3 MÉTODO CONSPECTUS	41
3.1 Histórico	41
3.2 Estandarização da coleção	42
4 GESTÃO POR PROCESSO	45
4.1 Bibliotecas Especializadas contexto	45
4.2 Qualidade da Informação como enfoque	46
4.3 Gestão por Processo como foco	48
5 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	52
5.1 Função Institucional do Ministério Público Federal	52
5.2 Temáticas da Atuação do Ministério Público Federal	54

5.3 Biblioteca da Procuradoria da República no Estado do Pará.....	56
6 METODOLOGIA	58
6.1 Planejamento Metodológico	58
6.2 Análise dos dados	59
6.3 Tabulações para o Objetivo específico b: identificar as tendências dos assuntos da PR/PA, conforme a missão institucional e escopo das câmaras institucionais.....	72
6.3.1 Matriz de Assunto: Temática 1: Direitos Sociais e Fiscalização dos Atos Administrativos	73
6.3.2 Matriz de Assunto: Temática 2: Criminal	74
6.3.3 Matriz de Assunto: Temática 3: Ordem Econômica Social.....	75
6.3.4 Matriz de Assunto: Temática 4: Proteção do Patrimônio Cultural	75
6.3.5 Matriz de Assunto: Temática 5: Combate à corrupção.....	76
6.3.6 Matriz de Assunto: Temática 6: Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais	78
6.3.7 Matriz de Assunto: Temática 7: Controle Externo Policial	79
6.3.8 Matriz de Assunto: Procuradoria dos Direitos do Cidadão	79
6.3.9 Matriz de Assunto: Atuação Eleitoral.....	80
6.3.10 Matriz de Assunto: Cooperação Internacional:.....	81
6.4 Montagem da modelagem dos processos de desenvolvimento de coleção, com ênfase na seleção, aquisição.....	81
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIA	88
APÊNDICE1: FLUXO DA ATIVIDADE DE SELEÇÃO DA PR/PA.....	93
APÊNDICE 2: FLUXO DA ATIVIDADE DE AQUISIÇÃO	94

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto, da chamada sociedade da informação, em que a busca de se obter informação é uma demanda crescente. Nessa trajetória, a necessidade de informação, aparece como grande desafio a ser superado, visto que altera um paradigma de estabilidade do ente humano, no que se pensou que tinha todas as informações para um novo de instabilidade, ou seja, busca constante de novas formas de se informar e novos acessos de informação.

Contudo, tal cenário também descortinou um intenso dinamismo e flexibilização, ao mesmo tempo que impôs um novo desafio aos sistemas de informação de prover aos usuários respostas refinadas as suas necessidades informacionais. É notável que os usuários sentem dificuldades, de se expressarem de forma objetiva suas questões, de modo que como colocar Grogan (1995) e Figueiredo (1996).

Dessa maneira, os frequentadores de unidades de informação, bibliotecas, centros de informação e outros sistemas bibliográficos, se voltam para seus acervos em busca de solução para suas questões, ainda como Figueiredo (1996) podem ser da seguinte forma:

- a) Necessidade de real mas não expressa (visceral ou de subconsciente)
- b) Conceituação da necessidade dentro da mente (consciente)
- c) Declaração formal da necessidade da linguagem natural (formalizada)
- d) Declaração da necessidade na linguagem da interface ou na linguagem do sistema de informação (necessidade “compromissada”)

Visto dessa maneira, a complexidade de se conduzir o processo de busca para aquela necessidade informação passará necessariamente a coleção das unidades de informação, pois os registros organizados são a melhor forma de se obter os documentos necessários para a solução dos problemas formulados. Dessa forma, as Unidades de Informação devem ter acervos sistematizadas, organizados e que tenha critérios para sua formação.

Porém, devido ao fenômeno conhecido como explosão da informação ou “boom da informação”, o qual ocasionou um aumento exponencial dos documentos nas bibliotecas e centros de informação, e descortinou as limitações de armazenamento e tratamento da informação, problema que se não tratada ameaçaria a própria capacidade dos sistemas de informação de dar as respostas.

E por isso, o contexto das unidades de informação também passou por transformações acompanhando, uma nova abordagem de se colecionar, processar e divulgar informações, tais mudanças agora primam pela gestão da coleção, desenvolvimento da coleção, observância a processos de qualidade e alinhados as demandas informacionais dos usuários e ao contexto das instituições matrizes.

Esta constatação de mudança de modelo, busca por melhor qualidade, melhoria e planejamento são características da atual conjectura, a qual atingiu as bibliotecas e centro de documentação.

Dessa forma, o paradigma que orientava para acumulação de materiais bibliográficos nas bibliotecas mudou para o planejamento da coleção. Assim sendo, é necessário selecionar informações pertinentes, relevantes e de qualidade para compor a coleção, na mesma proporção fazer o desbastamento, ou descarte dos assuntos desatualizados, deteriorados ou que não abarcam mais os interesses da comunidade de usuário.

No cenário maior as organizações começam a utilizar estratégias para se aperfeiçoar, avaliar e atingir a efetividade de serem atuantes e crescimento. A unidade de informação também como parte deve buscar formas de modelar seus processos e rotinas a fim de alcançar a eficácia e eficiência.

A necessidade de documentar os processos, com suas tarefas e ações, são próprio de planejar a coleção de livros, periódicos e outros materiais para se avaliar o desempenho da seleção, atividade fundamental de decisão e a aquisição, que seria a efetivação das decisões da seleção.

Nas bibliotecas jurídicas, seguem também, como qualquer unidade de informação os objetivos e metas da sua organização matriz, destarte que a informação jurídica apresenta um “ciclo de vida”, definido como atribuições claras a ser usada pelos usuários do Direito, em seus sistemas informação funcionais. Desta forma, o

gestor de informação deve observar, adequar e avaliar os processos de gestão do acervo, para uma melhor consecução dos objetivos das bibliotecas jurídicas. No entanto, no Brasil carece de metodologias sistemáticas nas Unidades de Informação a geri as coleções, pois falta estudos práticos de como as metodologias de desenvolvimento de coleção podem auxiliar na normalização e planejamento da coleção

Por isso, o objetivo geral desta pesquisa é de compreender a atividade de desenvolvimento de coleção, aplicando a metodologia Conspectus, recomendada pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA), na Procuradoria da República no estado do Pará. Como objetivos específicos:

- a) descrever níveis da coleção da PR/PA por áreas, como estudo que pretenderá aplicar a metodologia Conspectus a coleção.
- b) identificar as tendências dos assuntos da PR/PA, conforme a missão institucional e escopo das câmaras institucionais
- c) modelar os processos de desenvolvimento de coleção, com ênfase na seleção e aquisição.

Esta pesquisa será essencialmente de natureza aplicada, ao se utilizar conhecimentos teóricos e práticos das áreas de gestão por processos, qualidade total e a metodologia Conspectus, no acervo da coleção da PR/PA. Conforme o quadro 1 fará a relação dos objetivos geral e específicos com os capítulos que serão abordados nesse trabalho.

Quadro 1: Relação da problematização e objetivos geral específicos com os capítulos dessa pesquisa

Problematização: a falta de estudos práticos de como as metodologias de desenvolvimento de coleção podem auxiliar na normalização e planejamento das coleções das unidades de informação.

Objetivos geral: é de compreender a atividade de desenvolvimento de coleção, aplicando a metodologia Conspectus na Procuradoria da República no estado do Pará.	
Objetivos específicos	Capítulos
Objetivo específico a: descrever níveis da coleção da PR/PA por áreas, como estudo que pretenderá aplicar o método Conspectus a coleção.	Capítulo 1 e 2
Objetivo específico b: identificar as tendências dos assuntos da PR/PA, conforme a missão institucional e escopo das câmaras institucionais	Capítulo 3 e 4
Objetivo específico c: modelar os processos de desenvolvimento de coleção, com ênfase na seleção e aquisição	Capítulo 4 e 5

Fonte: elaborado pelo autor

Após o capítulo de introdução, o primeiro capítulo da parte textual será apresentado o contexto da chamada explosão bibliográfica, a qual como foi mencionado, ocasionou um aumento exponencial de documento. A seguir o estado da arte do campo desenvolvimento de coleção, o qual ascensão dos estudos na área, deveu-se da conjuntura em questão e com seus processos fundamentais: seleção, aquisição, desbastamento, descarte, avaliação e estudo de comunidade e políticas de desenvolvimento de coleção para uma gestão do acervo.

Fundamentalmente, a partir do embasamento teórico e conforme a pesquisa descritiva, será possível discriminar a profundidade para a método Conspectus

Já o segundo capítulo será abordado o Conspectus, seu histórico, fundamentos e estrutura. De modo, a permitir uma visão da prática de tal ferramenta, será apresentado em linhas gerais o caso da Câmara dos Deputados, ao aplicar os níveis da coleção, com esse método para o desenvolvimento da sua coleção. Assim como, a portaria PRSP nº 451, de agosto de 2016, a qual implementou a política de desenvolvimento de coleção na Procuradoria da república no estado de São Paulo.

Além disso, ao possibilitar fazer uma sinopse ou retrato da coleção, com diz Caribé (2014), o dimensionamento das partes fortes e fracas do acervo, o dimensionamento orçamentário e a estrutura para futuras avaliações, a respeito da qualidade do conteúdo. E por fim, apresentação do apêndice a matriz de assuntos e o quadro com os critérios de seleção.

O terceiro capítulo, será relacionado conceitos e estudos da gestão por processo, qualidade total e a modelagem de processos e a tradução e adequação com o desenvolvimento de coleção. Almeida (2009) defende que toda unidade de informação deve elaborar projetos, planos e ações que visem sempre a melhoria dos serviços bibliotecários. Ademais, a padronização dos critérios de seleção e desbastamento, bem com o encadeamento das ações de aquisição para que se cumpra e efetive as decisões de seleção e “seleção negativa”, como diz “Vergueiro (1996), seja feito de forma clara, objetiva e que seja realizado com segurança pelos gestores e sua equipe.

O quarto capítulo discorrerá sobre o MPF, sua missão institucional, organograma e princípios constitucionais e os objetivos da biblioteca da PR/PA na sua consecução. Bem como, suas câmaras internas, as quais abarcam temas e assuntos de cobertura para atuação órgão e com o documento que trata do compromisso orçamentário para as novas aquisições. E finalizará com argumentos que justifique a criação de uma política de desenvolvimento de coleção da PRPA, com os critérios de seleção, desbastamento, descarte e remanejamento.

E no quinto capítulo, como forma de se ilustrar a sequências das ideias discutidas será modelado os processos de seleção e desbastamento, segundo a forma que atualmente é realizada na PRPA, portanto, a seleção e o desbastamento será elencadas as decisões que são tomadas, todavia como já mencionados com a ausência de uma política de desenvolvimento de coleção, não se fundamenta em

termos institucionais, pela falta de um instrumento político e administrativo específico que trate da gestão da coleção. Já o processo de aquisição, como esta pautado em um trâmite previsto pela lei de licitações 8.666 de 1993, conhecida como “lei de licitações” e a lei nº 10.520 de 2008, conhecida como lei do pregão, conta com fundamento legal, e por isso, será descrito por meio de fluxos as etapas de aquisição.

Em suma, a “pesquisa é um procedimento investigatório, reflexivo sistematizado, controlado e crítico que permite descobrir novos dados e dados[...] em qualquer campo de conhecimento ”, segundo Lakatos e Makoni (2007). E dessa forma, está organizada e sistematizada por métodos que apoiam as indagações e os estudos que conduzem os questionamentos da pesquisa. Então, este estudo científico está classificado como pesquisa aplicada, pois “objetivar aplicação de conhecimentos básicos em um espaço definido e a solucionar problemas específicos[.]” (PRONADAV; FREITAS, 2013, p.51)

Do ponto de vista dos objetivos é exploratória e descritiva, porque ainda é uma pesquisa preliminar, a qual visar dados, respostas parciais que auxiliem estudos mais aprofundados sobre as metodologias de desenvolvimento de coleção para se descrever a coleção e embasar as PDC. Assumindo o enfoque de ser pesquisa bibliográfica, levantamento de bibliografias e análise de exemplos que permitirão compreender mais os fatos levantados.

É descritiva por registra os fatos observados sem interferir neles, o levantamento na cobertura temática do MPF PR/PA e referentes aos procedimentos será pesquisa bibliográficas, estudo da situação da instituição PR/PA, no tocante ao Desenvolvimento Coleção e pesquisa documental ao investigar os dos administrativos.

Os quais fundamental a missão, as câmaras, políticas e instrução de inventário e desenvolver coleções, a respeito da câmara dos deputados e outras instituições. A seguir o quadro 2 demonstrará o percurso metodológico

Quadro 2- metodologia e procedimentos na pesquisa

Pesquisa quanto a natureza, objetivos e procedimentos	
Natureza	Aplicada

Objetivos	Exploratória e Descritiva
Procedimento	Pesquisa bibliográfica, documental, estudo da situação

Fonte: elaborado pelo autor

Por fim, esse estudo visar ser preliminar e inovador ao mostra na prática as possibilidades de aplicação de metodologias para o planejamento das coleções das unidades de informação e com enfoque as jurídicas.

2 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

Nesta seção, será apresentado o levantamento bibliográfico realizado sobre os antecedentes das práticas de se planejar o acervo. Diante disso, a conjuntura da explosão da informação, por conseguinte a mudança de paradigma de acumulação de documentos para o desenvolvimento de coleção, o que desencadeou um novo ramo de estudo, o qual como já mencionado, é um processo de planejamento, seguido de suas etapas fundamentais. A fim de se estabelecer os processos essenciais e auxiliares para a construção de políticas de desenvolvimento de coleções.

2.1 Conjunturas Históricas

O valor do livro foi crescendo gradualmente, até no século XIX ser reconhecido como uma necessidade para as sociedades. Desse, ponto de vista, Gassey y Ortega (2006), entende o livro como uma entidade histórica, a qual foi crescendo e ganhando importância para a preservação da memória, instrumento de aprendizagem, sendo a sim uns maiores objetos já criados pelo homem.

Todavia, transcorrido do tempo em que existia poucos livros o cenário muda e antes processos visto como não necessários se tornaram como: catalogar materiais bibliográficos, elaborar bibliografias, pesquisar as novas temáticas, um cenário como disse Grogan (1995) “ o pesquisador não podia mais saber tudo..”. Surgia a figura do bibliotecário, o profissional que auxiliaria nos processos de buscas, organização e atendimento das demandas dos usuários das bibliotecas.

Embora o bibliotecário possuísse boas competências e disposição para se organizar a informação, ficava claro que a visão de armazenar e coletar todos os documentos produzidos fosse inviável vergueiro (1989). Além disso, a chamada “explosão da informação”, do século XX, como consequência o número de livros aumentou e descortinou as limitações. O livro que era instrumento para acumulação irrestrita, entrava em conflito com própria capacidade do homem de processar suas informação (ORTEGA Y GASSET, 2006).

Ainda como o autor afirmar:

1.º já há livros em demasia. Mesmo reduzindo bastante o número de temas a que cada homem dedica sua atenção, a quantidade de livros que ele precisa absorver é tão gigantesca que supera os limites de seu tempo e sua capacidade de assimilação... (ORTEGA Y GASSET, 2006, p.40).

E por essa razão são válidos os esforços de orientar os usuários a chegar no menor tempo a informação, como a 4ª lei de Ranganthan poupar o tempo do usuário. Mesmo assim, ainda as unidades de informação carecem de um planejamento básico de sua coleção a fim de filtrar no “universo de documentos existentes”, sejam físicos ou digitais os materiais mais relevantes, filtros de informação com critérios pautados nos objetivos das organizações continuam a fazer falta nos anos seguintes do século XX.

O surgimento, portanto, do desenvolvimento de coleção, como a definição do dicionário de Murilo e Cavalcanti (2009) “ planejamento para aquisição material bibliográfico de acordo com o interesse dos usuários” Sendo também relacionado com a instituição que mantém a unidade de informação.

Tal denominação para designar essa nova ferramenta de gestão da coleção e organização das demandas informacionais foi com o passar dos anos ganhando força dentro da comunidade bibliotecária, pois racionalizava e filtrava as possíveis demandas dos seus usuários, planejava o orçamento a ser usado na aquisição de materiais relevantes, definia critérios para seleção, desbastamento de materiais e avaliação dos pontos fortes e fracos da coleção.

Deste as décadas 60 e 70, um movimento internacional proclamado “Desenvolvimento de coleção”, foi se formando nas bibliotecas, centros de documentação e pesquisa, manifestando e ganhando apoiadores que viram a possibilidade de refrear, organizar e a planejar as coleções sobre sua responsabilidade.

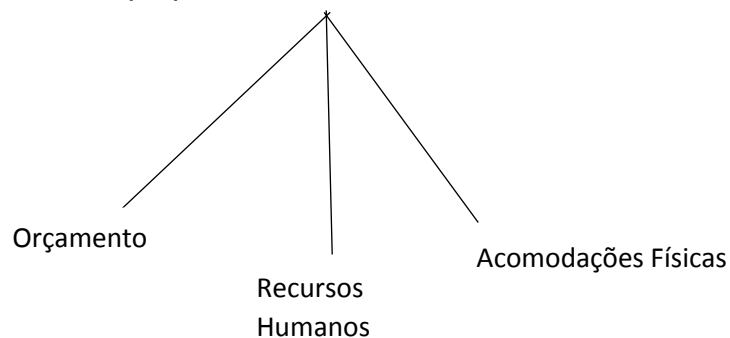
Um movimento de quase descoberta da coleção. Porém, conforme Vergueiro (1989), o qual contrapõe a tal afirmação ao considerar:

“... não realizaram eles por tanto tempo atividade de seleção, escafunchando índices e bibliografias, pesquisando review e tudo o quando material de divulgação? Não receberam sempre um número maior de pedidos de compra

que a verba disponível para aquisição, tendo que estabelecer prioridades na efetivação das compras? Não fizeram contatos com livreiros, com agentes, buscando adquirir o material da forma menos dispendiosa? Não receberam doações? Não descartaram material? Não fizeram inventário ou avaliação do acervo? (VERGUEIRO, 1989, p.12).

É notável, todas essas atividades anteriormente. Assim como, a percepção de que o esforço de acumular todos os materiais bibliográficos, nos mais variados suportes periódicos, mapas, Cds entre outros, esforço louvável, todavia desgastantes do ponto de vista orçamentário, espaço para acomodação e recursos humanos disponível para tal tarefa. Este tripé representa as limitações e restrições a serem consideradas pelo gestor e responsáveis pelas atividades de selecionar, adquirir e acomodar nas estantes, prateleiras e garantir o acesso aos usuários a estes materiais segundo a figura 1

Figura 1: Tripé para DSC



Fonte: Elaborado pelo autor

Ademais, é claro que dependendo das condições intrínsecas a cada biblioteca ou centro um desses fatores será mais preponderante sobre os demais, em alguns desses contextos haverá recursos humanos suficientemente e outros as acomodações serão reduzidas, ou ao contrário mais o mesmo. Sendo a questão do contingenciamento orçamentário ser o fator que impera sobre todas unidades de informação, à medida que os recursos disponibilizados são menores e disputados por outros setores em tarefas ou operações tidas como mais prioritária ou estratégicas.

Dessa maneira, parece ser mais uma evidência de que não se pode manter, reter ou obter todos materiais bibliográficos possíveis, deve-se agora começa a usar instrumentos de gestão do acervo na obtenção do que é relevante, de qualidade e que seja reforçada por critérios decididos por comissões, assim como embasados por estudos de usuários que tragam as necessidades de informações manifestadas e objetivas e avaliação do estado da coleção. Em outras palavras possuir estudos da coleção pautados em metodologias de desenvolvimento de coleção.

Esses estudos são de suma importância para diagnosticar a aproximação ou não da coleção com os objetivos institucionais, sua missão, atendimentos as demandas internas, descrever a cobertura dos assuntos e auxiliar na tomada de critérios de seleção. Tendo um compromisso, em planejar as coleções sabendo que deve ser pautado em metodologias, como diz Vergueiro (1989)

E, sendo um trabalho de planejamento de acervo, exige o comprometimento com metodologias. Não é, efetivamente, algo assim tão simples como pode parecer à primeira vista. Na realidade é um processo que, ao mesmo tempo, afeta e é afetado por muitos fatores externos a ele [...] (VERGUEIRO, 1989, p. 15).

Ainda sobre o processo de desenvolvimento de coleção é importante se indagar sobre questões norteadoras para a formação das coleções e seu eventual gerenciamento, dessa maneira “questões próprias da natureza desse processo, tais como: o quê, o porquê, o para quê [...] (WEITZEL, 2002 apud WEITZEL, 2012, p. 180).

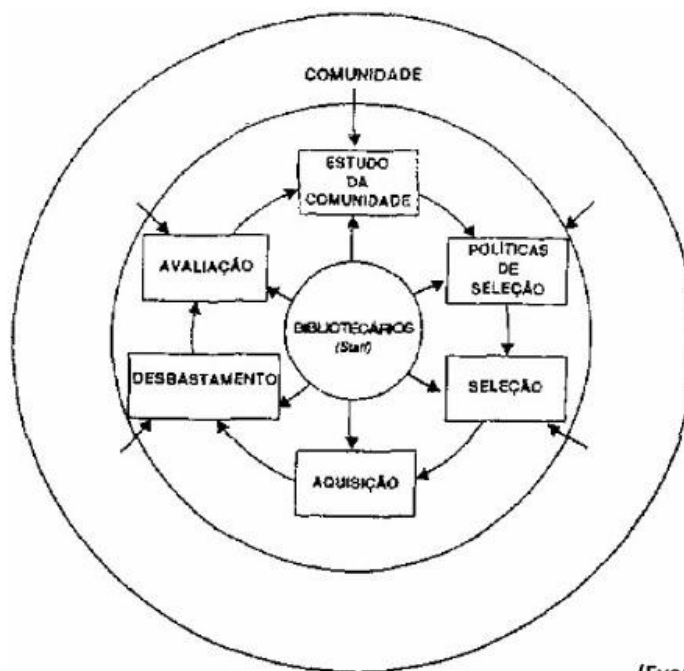
Como apresentado pela autora tende a corroborar com a sistemática do processo de desenvolvimento de coleção, aquele proposto por Vergueiro (1989) e Evans (2000), o qual abarcaria estudo de comunidade, políticas de seleção, seleção, desbastamento e avaliação, sendo ilustrado pela figura 2, a percepção de ser um ciclo permite refletir sobre o caráter de interdependência entre as etapas, e a forma que se relacionam.

Uma etapa dá os requisitos para outra e assim o ciclo prossegue se realimentado e rotacional se o processo de Desenvolvimento de Coleção Contudo é importante salientar que a fim que “gire”, de forma racional e organizada é constituído

por processos estes devem seguir os objetivos institucionais, devem possuir um critério que descreva os assuntos e estipule os formatos aceitos pela unidade de informação.

Figura 2: Ciclo de Desenvolvimento de Coleção segundo Evans

Desenvolvimento de Coleções



(Evans, 1979)

Fonte: Guedes, Xavier e Rios (2010), com base Evans (1979)

No entanto, é necessário salientar que consoante a tipologia da biblioteca, pública, escolar, universitária ou especializada, esses processos se aplicarão, de maneira distinta, visto que funcionam independentemente. Por isso tanto Vergueiro (1989) e Weitz (2006), formularam as características de cada biblioteca. O quadro 3 apresenta as correspondências entre as definições.

Quadro 3: Definições de Bibliotecas

Tipo de Biblioteca	Vergueiro	Weitz (2006, p.20)
Pública	Possuem uma clientela bem diversificada, com necessidades de informação variada e os processos de desbastamento e avaliação serem constante.	Democratizar para a comunidade local
Escolar	Devem esta articuladas com o sistema educacional vigente e uma preocupação maior com a seleção de materiais	Apoia os programas de ensino oficial
Universitária	Possuir uma clientela mais homogênea, portanto não deve se preocupar tanto com estudos de usuários e mais na aquisição de muitos materiais que auxiliem a pesquisa e processo de desbastamento e avaliação.	Apoia os programas de ensino, pesquisa e extensão.
Especializada	Possui os objetivos institucionais mais bem definidos, bem como a clientela, o maior	Objetivo da instituição mantenedora

	esforço e a localização de materiais não-convencionais de bibliotecas.	

Fonte: elaborado pelo autor

E ainda terão os processos distintos e o quadro 4, apresentará sob a perspectiva dos mesmos autores, a predominância de um processo sobre o outro.

Quadro 4: Tipos de Bibliotecas por Principais processos de Desenvolvimento de Coleção

Tipo de Biblioteca	Processos de D.S.C
Biblioteca Pública	Estudo de comunidade e desbastamento
Biblioteca Escolar	Seleção e Desbastamento
Biblioteca Universitária	Aquisição, desbastamento e avaliação
Biblioteca Especializada	Aquisição, Seleção, desbastamento e avaliação

Fonte: elaborado pelo autor, conforme Vergueiro (1989) e Weitz (2006, p.20)

Tendo essa conceituação é possível supor que os bibliotecários irão desenvolver suas coleções de forma distintas, obedecendo as diretrizes definidas para cada biblioteca, comunidade de usuários, recurso humanos nos processos de catalogação e referência, acomodação física e dotação orçamentária disponível.

2.2 Políticas de Desenvolvimento de Coleção

A síntese desse estudo deve guiar na formalização de uma política de desenvolvimento de coleção, a qual é um instrumento político e administrativo, de como a unidade de informação dispõe seus recursos orçamentários, humanos e físicos no acesso de informação. Então conforme a tese de Maximino (2006)

Em síntese, na prática a política de desenvolvimento das coleções poderá agrupar-se em dois grandes vectores; o primeiro diz respeito às etapas chave sob os quais recai directamente a política de desenvolvimento das coleções. Por sua vez, no segundo vector são considerados todos os conhecimentos adicionais que por si favorecem a implementação dos primeiros. Em nossa opinião, as etapas chave que estão na base da política de desenvolvimento das coleções são os princípios de selecção e aquisição; o orçamento; o estudo dos utentes e a avaliação e revisão das coleções —esta é a base sedimentar sem a qual não se poderá levar a cabo uma política organizacional de desenvolvimento das coleções. Contudo, não menos importantes, são os conhecimentos preliminares que favorecem a reestruturação dos conceitos anteriormente referidos. (MAXIMINO, 2006, p. 14).

No que tange aos campos fundamentais de uma Política de Desenvolvimento de Coleção, é o entendimento que se trata de um documento orientador com os elementos essenciais bem definidos, conforme a IFLA (2012).

- a. Introdução
- b. Declarações Gerais
- c. Declarações Narrativas
- d. Perfis de assuntos
- e. Método de avaliação da coleção
- f. Indicadores de profundidade de coleta
- g. Códigos de Idiomas
- h. Horários de implementação e revisão de políticas

Esses elementos são aptos para qualquer biblioteca, porque como instrumento normalizador deve apresentar uma introdução do porquê da política e sua isenção na organização. Além disso, declarações gerais serão as diretrizes a qual deverão se embasar os critérios de seleção na aquisição dos materiais escolhidos, conforme o conteúdo, correspondência com a missão institucional, formatos dos materiais etc. Ademais, o interesse da comunidade de usuário tem uma prioridade, visto que a política de desenvolvimento público é um ato público da intenção de se adquirir materiais, a qual legitima as necessidades dos usuários (ARAÚJO, 2002).

Ainda é recomendado que toda política possua um método que descreva a profundidade da coleção, justamente para se estabelecer os assuntos básicos, complementares e fora do escopo, embora possa parecer até claro e objetivo pela tipologia da biblioteca (escolar, pública, universitária, especializada) o tipo de material que entrará. Mas deve existir algum método de avaliação da coleção a fim de verificar os pontos fortes, fracos, em quais áreas deve se despendar mais esforço na composição do acervo.

São questionamentos válidos, os quais deve o bibliotecário estar atento. Contudo, são relegados a segundo plano com a justificativa da falta de tempo, falta de pessoal disponível, esforço dispendioso para se elaborar documentos que irão se desatualizar muito rápido Vergueiro (1989). Aliás a falta de se utilizar também métodos e metodologia para avaliação da coleção, demonstrar ainda como é um campo pouco explorado pelos profissionais que compõem as coleções.

A partir dos processos fundamentais seleção, com a política de seleção, aquisição e desbastamento, com ou remanejamento, ou descarte, poderá se avaliar uma coleção. Além disso, deve também existir um método específico, pois parece que só a avaliação por si é muito abstrata e vaga. Afinal, para se trata do orçamento para resguardar e desenvolver áreas, ou optar pelo seu desfazimento, ou remanejar para algum tema social em crescimento pelos usuários.

Os métodos para se avaliar a coleção estão presentes em todos os seus processos modela-nos para os objetivos gerais capitulados e necessidades sociais, principalmente, em bibliotecas especializadas, como mostrado anteriormente, as quais devem seguir fielmente a missão do órgão mantenedor, filtrar as necessidades de sua particular comunidade de usuários, possuir boa articulação e comunicação dos

responsáveis pela seleção e aquisição, ter uma política de seleção, a qual auxilie nas doações e descartes e possui um dinamismo para possíveis alterações e revisões.

2.3 Seleção

É dita, por muitos como o processo chave do desenvolvimento de coleção, pois é a partir dele que as diretrizes serão formuladas para adequada tomada de decisão do que coletar, selecionar e se comprometer a adquirir. No entendimento de Vergueiro (b2010), pode ser resumida como:

Processo de seleção: está relacionado com as etapas da seleção, inclui o trabalho da comissão de seleção que toma as decisões sobre quais itens devem ser incorporados e elaborar a lista desejada, isto é, a lista de itens aprovados para serem incorporados segundo **critérios estabelecidos** em uma política. (Grifo nosso)

Como se pode perceber nesse ponto o autor colocar ao selecionar itens para a formação do acervo deve se basear em critérios. Além disso, os agentes responsáveis pelo processo de seleção devem considerar as necessidades de informação de seus usuários e está claro com o direcionamento de sua biblioteca, visto que essas são direcionadoras para a prática do serviço de referência, tanto como esta refletida formalmente nas políticas de desenvolvimento de coleção, conforme Figueiredo (1996).

Ainda visa fornecer critérios para o processo de seleção, pois as inclinações pessoais de usuários, bibliotecários e demais frequentadores podem influenciar à seleção, como forma de adquirir alguma obra que seja interessante para determinado fim pessoal, os quais não estão vinculados com a missão da instituição mantenedora IFLA (2001).

2.3.1 Política de Seleção

Bem como a autora considera, uma trajetória natural dos processos de uma biblioteca, de modo que o desenvolvimento de coleção, por meio da seleção deve

selecionar materiais uteis e relevantes para a catalogação e a referência, para isso a política de seleção, instrumento formalizada à deve pauta por critérios claros e razões que se articulam com a unidade de informação, sendo assim a política de seleção.

Estabelece diretrizes uniformes para a coleção, incluindo escopo de assunto, profundidade de cobertura, e tipos de materiais a serem inseridos na coleção. Fornece uma oportunidade para correlacionar a coleção de referência. Sendo uma coleção de trabalho, o material deve ser selecionado e localizado e, se necessário, duplicado para servir as ç do bibliotecário de referência e dos usuários. Esta política é uma orientação eficiente para o treinamento do pessoal novo e para tomada de decisões quanto ao setor de referência. A política especifica a cooperação e a divisão de trabalho que deve ocorrer entre os departamentos de uma biblioteca, ou, em grandes instituições, entre bibliotecas, de maneira que a duplicação seja planejada e não um fato não intencional. (FIGUEIREDO, 1996, p.28)

Como pode estabelece-se, numa política de seleção existem muitos dados e informações tanto externas como internas, assim como a composição dos acervos, até a cobertura dos assuntos, a capacitação do pessoal da biblioteca e um modo normalizar as rotinas de trabalho para os novos trabalhadores e como instrumento político expande com outras instituições afins, podendo ser formalizados termos de cooperação entre bibliotecas.

O item descritor da cobertura dos assuntos é bem recorrente, ao lembra-se das recomendações da IFLA (2001), ao estipular um item na política de desenvolvimento de coleção que descreva os níveis de profundidade da coleção, no geral ou partes específicas. Nesse quesito ao perceber que as decisões da seleção são encaixadas no processo maior e organizados, de forma sistemático para declarar objetivos institucionais, tamanho, responsabilidades pela seleção e as etapas do desbastamento.

Além disso, políticas documentais, como a de seleção, são mecanismos de relações públicas entre a comunidades de usuários, bibliotecários, instituições mantenedoras, pois ao demonstra que o processo é regido por critérios, processos internos, metodologias e métodos com uma sequência lógica e sistematizada irá preservar o acervo de censuras e de cortes de verbas por necessidade de racionalização orçamentária.

Seguramente, a consulta posterior dos registros e procedimentos utilizados, notando ser uma característica da gestão por processo, como será visto na próxima seção, ao normalizar, documentar e modelar os processos para torna-los mais aprimorados pela experiência passada, como Taparanoff (1995), ao elencar importantes métodos os quais auxiliam a tomada de decisão. A importância de reunir diversas técnicas e aplicar na realidade social, com vistas a produzir informações estratégicos e conhecimento agregado à organização no geral.

2.3.2 Comissão de Seleção

Vale ressaltar que as comissões de seleções são ótimos grupos de representantes da organização, usuários e pessoal do administrativos para delibera sobre quais critérios devem ser utilizados na escolha de novos títulos. Do ponto de vista Gomes (2017, p.19), os critérios escolhidos pela comissão devem refletir os valores da instituição, além de assistir ao selecionador na sua atividade de seleção.

A composição da comissão de seleção, embora possui muitas composições, a alguns autores como Figueiredo (1993), Lima (2008), Vergueiro (1993;2010) e Gomes (2017), acordam que a estrutura mais indicada seria:

- I. 1 Bibliotecário, o responsável pela unidade de informação
- II. 1 Representante de cada segmento da comunidade de usuário, indicado por uma amostra significativa
- III. 1 Representante a área Administrativa

Como é observável, não é indicado que a tarefa de selecionar se restrinja apenas o ao bibliotecário, grupo de frequentadores mais assíduos da biblioteca ou a qualquer setor isolado e sim que aja integração dos diversos segmentos na tomada decisão, com a utilização sempre dos objetivos institucionais, avaliação da coleção seja como métodos quantitativos e qualitativos e as demandas de informação principais.

É notório que a composição da comissão será distinta e representará a tipologia da biblioteca, no entanto seja defendido a posição do bibliotecário em todas elas, consoante o ambiente social que esteja situado, de modo que em bibliotecas

públicas e escolares, o perfil da comissão para as primeiras será atestado pelos amplos e rotineiros estudos de usuários que devem ser feitos para se saber quem são os usuários da biblioteca em determinado período, já as escolares a comunidade escolar formada por membros da parte pedagógica analisaram com bastante acuidade os critérios para a seleção.

As bibliotecas universitárias sua comissão tenderá ser membros devem ser docentes e técnicos. Por fim, nas bibliotecas especializadas, seja por uma empresa, ou um mesmo assunto trabalhado com exaustividade, torna à presença de especialistas necessária.

Como exemplo, a biblioteca da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, por meio da portaria prsp nº 451, de 4 de agosto de 2016, estabeleceu implementação da Política de Desenvolvimento de Coleções da Divisão de Biblioteca da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, com os seguintes objetivos:

I - auxiliar no crescimento racional e equilibrado do acervo bibliográfico da PR/SP; II - estabelecer prioridades na aquisição de material bibliográfico; III - traçar diretrizes para incorporação ao acervo de obras doadas; IV - instituir normas para avaliação e manutenção do acervo; V - consolidar os parâmetros para a propositura de descarte e reposição das obras existentes; VI - fixar os critérios e atribuições para formação e funcionamento da Comissão Permanente de Seleção e Manutenção do Acervo Bibliográfico da PR/SP. (BRASIL, 2016).

Ademais, estipula à comissão permanente de seleção e manutenção do acervo a qual no seu art. 2 determinar que sua composição seja a seguinte (BRASIL, 2016):

- I – a Chefia da Divisão de Biblioteca e Pesquisa da PR/SP;
- II – um Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Biblioteconomia;
- III - um Analista do MPU/Apoio Jurídico;
- IV - um Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração.

Dessa maneira, a presidência da comissão fica sendo da chefia do setor de biblioteca e pesquisa a qual é quase sendo por alguém chefiada por alguém com formação em biblioteconomia para conduzir os trabalhos da comissão naquela unidade de informação jurídica.

Sendo lógica a constatação que não possibilidade de adquirir todas obras para unidade de informação, por questões de financeiras, espaço, tratamento, disseminação e o próprio acesso aos materiais (LIMA, FIGUEIREDO, 1984)

2.4 Aquisição

Etapa do processo desenvolvimento de coleção, cuja atribuição é efetivar as decisões tomadas pela etapa da seleção. Além disso, é uma fase administrativa que se inicia do momento que a lista desiderata se formar e é repassada ao setor responsável pela aquisição.

É uma fase de concretizar e interligar os vários interesses, sendo da biblioteca, das comunidades de leitores, editores, distribuidores de material bibliográfico, conforme Maximino (2006). Contudo alguns autores consideram como etapa puramente administrativa e do momento de que a lista chega da seleção o papel da comunidade cessa (Vergueiro, 1989). No entanto, vale ressaltar que é recomendado o acompanhamento por membros da comissão de selecionadores ou selecionadores para que de fato não aja distorções do material bibliográfico selecionado com o adquirido.

Por diversas situações pode acontecer entre elas: esgotamento da edição solicitada, flutuações dos preços até o momento da efetiva aquisição, mudança de fornecedores entre outros imprevistos. Segundo Maciel e Mendonça (2000, p. 21)“ o nível de complexidade das atividades de aquisição naturalmente varia conforme as características das instituições onde ocorrem.” Com um posicionamento parecido Maximino (2002) os procedimentos adotados devem ser compatíveis com a biblioteca envolvida.

Dessa forma, em instituições públicas como Ministério Público Federal-MPF, segue os desígnios da lei de licitações, 8.666/1993, a qual no seu art. X e a lei do pregão, 10.520 de 2008 para materiais bibliográficos de menor valor. As formas de aquisição são a compra, doação e permuta.

2.4.1 Aquisição por compra

Nesta modalidade de aquisição deve haver uma estrutura programada onde se desenvolverá os procedimentos necessários para se adquirir obras que representem as necessidades da comunidade de frequentadora da unidade de informação. Vergueiro (1989), Maciel e Mendonça (2000) e Figueiredo (1993), os recursos das bibliotecas são cada vez mais escassos, devendo ser aplicado com rigor e após avaliação dos processos e suas etapas, a fim de detectar “gargalos”, ou fases burocráticas que precisem ser conduzidas com agilidade.

É um conjunto de decisões a serem tomadas na materialização dos itens selecionados, os quais uma das maneiras de facilitar a visualização é descreve bem os assuntos, nas planilhas, planos de aquisições ou demais denominações similares.

2.4.2 Aquisição por doação

Já a doações é importante salientar que esta modalidade de aquisição é mais frequente nas bibliotecas brasileiras, em decorrências do baixo orçamento para compra, e por isso é necessário que seja conduzido com cuidado por ne todos os materiais doados interessam a biblioteca ou centro de informação, é um cuidado redobrado em bibliotecas para que não se deixe de segui a missão da biblioteca, o contexto de atuação e a comunidade usuária. Necessário observa sempre o estado de conservação do material, por fim são questões norteadoras em políticas documentais de formação do acervo.

Como forma, de dar mais garantias, segurança e orientações ao se receber doações e aos parceiros da biblioteca em disponibiliza seus materiais bibliográfico para o acervo, as políticas poderiam trazer os assuntos preferidos e prioridades na coleta dos materiais, lógico que a órgão sede da biblioteca já oferece um grande selecionador de materiais com assuntos específicos, de modo que numa unidade de informação com uma especialidade em agronomia não se receberia materiais de artes de plásticas para sua coleção, todavia ilustra em um retrato das coleções da biblioteca

seria de grande auxílio a todos pessoal da biblioteca e doadores de materiais bibliográficos.

2.4.3 Aquisição por permuta

Dessa forma manter atualização e informada sobre as novidades científicas, culturais, econômicas e jurídicas existem redes de permuta de livros e outros materiais, com atualizações correntes. Nota-se que para atingir um bom nível de troca é necessária uma rede integrada, como órgãos públicos e até privados comprometidos em fornecer os resultados de suas pesquisas e as forneçam a seus “parceiros temáticos”.

Em áreas como Direito, o qual possui muitas instituições, a quais disponibilizam sua documentação jurídica a outros para manter um bom trâmite e colaboração, pois dada algumas especificações, muitos órgãos jurídicos possuem missões bem próximas e assentados em importante base legislativa constitucional. A presença de survey ou sinopse de assuntos das coleções jurídicas das repartições envolvidas facilitaria a troca de materiais bibliográficos e até cada uma complementar suas próprias, visto que é impossível uma instituição possui todos assuntos que necessita. O aperfeiçoamento de métodos de coleção auxiliaria consolidação de redes de permuta somados a era dos eletrônicos auxiliaria na consolidação das coleções.

O processo de aquisição auxilia na formação do acervo, como visto é suas tradicionais modalidades, contudo é necessário que aja a presença de outro processo, aquele que irá selecionar obras para serem retirados, remanejadas e até descartando, o desbastamento complementando a aquisição.

2.5 Desbastamento

Processo com importância fundamental, para a renovação e acomodação física do material, porque sua operação garante a exclusão de materiais defeituosos, ou que não possuem mais nenhuma importância para coleção Maximino (2006). Além de, garantir maior visibilidade aos itens válidos, ao desocupar das estantes, armários, prateleiras os materiais fora de uso. Ação desse processo pode ser reversível, caso

seja esta, é denominado de remanejamento do material para outro lugar de pouco acesso, caso novamente seja requisitado pelos usuários deve ser descartado do acervo, sendo assim irreversível. Essa operação é defendida por Vergueiro (1989), sendo “as coleções particularmente necessitam deste desbastamento para que possam desenvolver-se harmoniosamente, sem ter algumas de suas partes desenvolvidas de forma aleatória, tornando-se estranhas ao conjunto”.

Ainda segundo a tipologia da biblioteca é aconselhável, com certa frequência, como é o caso das unidades de informação especializadas, visto que as informações por determinado assunto podem ser atualizar muito rápido e aquele conteúdo se perder, assim como os avanços tecnológicos, os quais alteram alguns formatos em detrimento de outros mais novos, sendo importante observar a memória da instituição, sendo documentos com valor histórico mantidos a de pondera nas políticas de desenvolvimento de coleção e desbastamento Vergueiro (1989), Maximino (2006)

No entanto, nas bibliotecas universitários deve ser feito com cuidado, já que um documento pode ter um assunto antigo dá ele um valor histórico, o qual deve ser preservado para a manutenção da memória institucional. Já bibliotecas públicas e escolar segue um desbastamento menos comedido, dado que no primeiro caso existe uma comunidade heterogênea e no outro a reciclagem de novos suportes de informação.

2.5.1 Descarte

Atividade integrante do processo de desbastamento, ainda mal compreendida por parte da equipe envolvida, por revelar certos equívocos na etapa de seleção. Mas como denominado por alguns autores como Vergueiro (1989) e Maximino (2006), o denominam processo auxiliar do desbastamento, ou seleção negativa”, pois ao invés de adquirir novos itens documentais, são removidos é importante salientar que a exclusão é de exemplares com baixo índice de uso e conforme a política de desenvolvimento de coleção, cômoda biblioteca pública Arthur Vianna pelo mesmos 1 exemplar deve ser mantido, pela seção capítulo VIII : dos Descarte (Pará, 2011)

Art.10o Descarte: E o processo pelo qual, após ser avaliado criteriosamente o material, se retira definitivamente do acervo, porem existe o cuidado de,

em alguns casos, ficar 01 exemplar para preservar a memória histórica, facilitando assim a economia espaço no acervo. (PARÁ,2011, p.12)

Como visto, é recomendado numa gestão bibliotecária eficiente o descarte de exemplares pouco usados, ou seções inteiras do acervo para a melhor utilização do espaço, maior visibilidade da coleção relevante.

Certamente, a operação de descarte deve passa por uma criteriosa avaliação da coleção para se verificar se os requisitos necessários são seguidos, o que é próprio de uma biblioteca atuante e dinâmica (MAXIMINO, 2006).

Ainda como Estatel, Moro (2014) apud Miranda (2017, p. 9) o processo de seleção caminha como o descarte, visto que “seleção é o primeiro passo para a constituição do acervo, e o descarte consolida”. Ao se fundamentar na avaliação da coleção o descarte, também leva em consideração conhecimentos auxiliares como tempo de obsolência da coleção numa área específica e o número elevado de documentos.

2.5.2 Descarte nas Unidades Jurídicas

As unidades de informação jurídicas o processo de descarte deve ser sistemático e em concordância com atualização da área do direito, como os documentos básicos: legislação, doutrina e jurisprudência sofrem uma rápida desatualização. No entanto, deve-se ter cuidado e o bibliotecário jurídico, juntamente com uma comissão, o que é indicado avaliar a exclusão ou não do item do acervo, processo similar a seleção de materiais. Como a observação de Miranda (2017):

Diante do exposto, recomenda-se ainda que, para uma maior eficácia dessa atividade e para garantir a manutenção da qualidade da coleção, sejam empregados os mesmos critérios aplicados no processo de seleção, no momento da apreciação, para exclusão dos materiais informacionais pela comissão responsável (MIRANDA, 2017, p. 15).

2.6 Estudos da Comunidades

O estudo da comunidade de usuário é uma referência importante para o desenvolvimento de coleção, uma vez que é nítida a percepção que a coleção existe para resolver as demandas sociais envolvidas. Além disso, os critérios da seleção como já mencionados anteriormente, consideram diferentes abordagens para a seleção e um deles é abordagem do usuário, no que tange a oferta de informações relevantes, convenientes e idioma (VERGUEIRO, 2002).

Além disso, é a partir do usuário que as tendências dos assuntos são descobertas, pela relação dos usuários com as fontes de informação disponíveis, nota-se a importância de facilitar o acesso à informação, visto que conforme Baptista e Cunha (2007) ao concluírem que os usuários são praticantes diretos da “lei do menor esforço”, ao com maior frequência utilizarem fontes de informação facilitadoras-acessíveis e de baixo custo.

Por meio de métodos científicos é possível mapear as tendências dos frequentadores de uma unidade de informação, ao fornecerem dados importantes para a visualização completa e clara das atividades dos usuários.

Além de, uma coleção planejada com seus assuntos apresentados em profundidade, os usuários possuem papel importante na avaliação da coleção. Conforme Cunha (1984) é importante e necessário se conhecer o futuro, na busca por qualidade dos produtos e serviços ser capaz de garantir o atendimento das demandas dos usuários.

Outro ponto importante é a autonomia do frequentador da biblioteca, pois com a populações das tecnologias digitais o acesso à informação foi facilitado Gonçalves (2013). Uma grande área de estudo se desvela a do uso da informação pelo usuário e seu comportamento pela busca da informação. Ainda como estudado por Sueli Amaral (2014) apud Cunha, Amaral e Dantas (2015).

Um campo interdisciplinar do conhecimento que, no âmbito da Biblioteconomia e da ciência da informação, a partir da aplicação de diferentes métodos e técnicas de pesquisa, possibilita análise dos fenômenos sociais e humanos relacionados com os diversos aspectos e características da relação do usuário com a informação em suas ações, comportamentos e

práticas informativas (AMARAL (2014) apud CUNHA, AMARAL, DANTAS (2015)

Como se percebe é ampla e com diversos vértices para ponderações, mas com fins de relacionar com o objeto dessa pesquisa, o desenvolvimento de coleção é fundamental perceber que os estudos dos usuários e a coleção são os dois pilares para qualquer D.S.C, pois tanto os usuários com todo seus completos processos de busca por informação irá recorrer aos sistemas de informação na solução de seus questionamentos.

Ainda como demonstra o amplo estudo sobre a temática dos estudos de usuários Cunha, Amaral e Dantas (2015, p. 38) elencaram algumas razões sendo as principais.

- a. Aprimorar a tomada de decisão no processo administrativo da organização: identificar os “gargalos” percebidos pelos usuários que afetamos fluxos da informação e podem contribuir para melhorar o planejamento dos produtos e serviços de informação a serem oferecidos aos usuários; [...]
- b. Redistribuir recursos financeiros e humanos no processo decisório de alocação desses recursos ao conhecer as necessidades de informação dos usuários; [...]
- c. Avaliar os produtos/serviços oferecidos para modificação ou estabelecimento de novos : como instrumentos de planejamento, pode ser usado antes ou depois da introdução de novos produtos ou serviços[.] (CUNHA, AMARAL e DANTAS, 2015, p.38)]

Dessa maneira, é perceptível a importância da avaliação dos produtos e serviços de informação, já que o desenvolvimento de coleção, nada mais é do que o esforço conjunto de diversos processos, tais como seleção, aquisição, desbastamento e avaliação, os quais em companhia com os estudos de usuários irão ajudar a modelar a coleção.

2.7 AVALIAÇÃO DA COLEÇÃO

Avaliação é uma função do desenvolvimento de coleção relacionada com a seleção, aquisição e desbastamento, pois é o momento do processo em que se verificar se as decisões tomadas para desenvolver o acervo representaram uma melhora do desempenho da coleção, conforme Figueiredo (1993).

[...] a avaliação crítica e analítica por parte do pessoal e dos administradores, com relação aos trabalhadores, com relação aos trabalhos da biblioteca; b) elementos dentro da organização com capacidades em técnica de mensuração; e c) aceitação firme dos resultados da avaliação, independentemente daqueles a quem estes resultados possam atingir. (FIGUEIREDO,1993, p.103).

Por ser um processo amplo é pautado por metodologias, tanto as clássicas e pautadas no tamanho da coleção, ou seja, as quantitativas, quanto as baseadas no uso da coleção, ou qualitativas, (LANCASTE (2006); FIGUEIREDO (1993)) existe outras alternativas ora que mesclam elementos e princípios de ambas as abordagens, ora é enforca sobre um prisma distinto, como o método Conspectus, o qual será apresentado no próximo capítulo.

2.7.1 Porquê Avaliar?

A importância de se a avaliar é poder diagnosticar os pontos fortes e fracos, saber qual área ou áreas que precisam ser mais desenvolvidas ou não, duplicação de exemplares, planejar melhor o orçamento, saber quais títulos remover do acervo. A variedades de justificativas parecer forte motivo para se avaliar, no entanto percebe uma total apatia, por parte do bibliotecário em avaliar a coleção, seja com temores de uma seleção equivocada, falta de tempo ou recursos humanos e financeiro disponível para se realizar. A importância é salientada na figura 3 ao redefinir o ciclo de Desenvolvimento de Coleção em 2 fase importantes, a da implementação do acervo: seleção, aquisição e desbastamento e a fase da avaliação é sua correspondência como os outros processos:

Figura 2: Processos de Desenvolvimento de Coleção

Fonte: elaborado pelo autor, 2019



Além disso, a avaliação é um processo que dependendo dos critérios elegidos funcionarão em conjunto, dessa maneira um método não trabalhará sozinho e sim um conjunto de dados deve ser coletado a fim de fundamentar o processo decisório

2.7.2 Método para se avaliar

Os métodos são diversos e com muitas finalidades é recomendado conhecer o ambiente próprio da sua biblioteca para saber quais métodos adotar. No Brasil existe uma carência na utilização de métodos para se avaliar coleções e se conhecer os assuntos mais importantes, ALA (1979), pelo comitê para desenvolvimento de coleção, esses métodos auxiliares que junto ou separadamente:

Verificação de listas, catálogos, bibliografias, exame direto da coleção; compilação de estatísticas: tamanho; volume acrescentados em dado período; gastos para materiais bibliotecários; fórmulas estatísticas da circulação; pedidos atendidos e não atendidos; empréstimos entre bibliotecas e tamanho de excelência. Núcleo de coleção livros ou periódicos, presumivelmente mais usados; citação de trabalhos de usuários; opinião dos usuários; aplicação de padrões e testes para recursos totais e para o fornecimento de documentos (FIGUEIREDO, 1993, p.107)

2.7.3 Métodos quantitativos

Os métodos quantitativos visam fazer um levantamento dos aspectos físicos do acervo tais como: tamanho da coleção, números de exemplares, números de empréstimos realizados no mês, tempo de obsolência dos assuntos, duplicação de exemplares entre outros Figueiredo (1993). E Lancaste (1999) que ao considerar o

tamanho e crescimento da coleção descreve essas duas variáveis e a relação de qualidade da informação.

Por apenas considerar os suportes e a quantidade é trabalhada com as estatísticas da biblioteca é próximo com 5ª lei de Ranganathan ao prever o crescimento exponencial da coleção e também recomendar um tamanho “ótimo”, apesar que é bem subjetivo em que consiste tal tamanho.

2.7.4 Métodos qualitativos

Já os métodos qualitativos operam em outro nível da coleta, considerando os aspectos intrínsecos da coleção Lancaster (1996), como o julgamento por especialistas, uso de bibliografias como padrão, dentre estas possui a bibliografia publicada e a elaboradas por especialistas e análise do uso real. Todas essas técnicas podem ser usadas isoladamente ou em conjunto, apesar que é recomendável que seja feita em conjunto para uma avaliação mais acurada.

Dessa maneira, o método *Conspectus* surge em 1983 desenvolvido pela RSG com o intuito de auxiliar as construções de políticas de desenvolvimento de coleção, ao permite como será mostrado na próxima seção, o mapeamento dos assuntos da coleção.

3 MÉTODO CONSPECTUS

Nesta seção se buscará esclarecer e delimitar as principais considerações sobre o histórico, fundamentos, a estandarização da coleção e avaliação baseada neste método. Assim como, a proposição dessa pesquisa é abordar o método para o desenvolvimento de coleção, com ênfase no Conspectus, por isso, se buscará realizar um recorte das discursões e reflexões que constataram a importância de se utilizar e os benefícios oriundos de sua implantação, conforme as características particulares da biblioteca em questão.

3.1 Histórico

O termo Conspectus não apresenta um conceito amplamente aceito por todos os estudiosos, alguns conceituam como metodologia outros como ferramenta. Porém, se sabe que foi proposto e possui suas diretrizes desenvolvidas pela ALA, como forma de gerenciamento dos acervos de uma unidade de informação.

Na sua origem, o Conspectus é uma ferramenta para elaboração de políticas de desenvolvimento de coleção, baseada em materiais, os quais indicam sua intensidade e profundidade e ademais faz análises da coleção (IBARA, 2005).

Uma vez compreendida a utilidade e definida o termo Conspectus, observa-se como autora a seguinte característica:

Intenta ser de fácil uso y caracterizar de forma global a una colección de tal forma que sea comparable con otras que contengan los mismos temas. Su objetivo es proporcionar una caracterización amplia de la colección sin entrar en detalles de título por título o datos bibliográficos. (IBARA, 2015, p.5)

Dessa forma, ao descrever de forma simples a coleção sem especificar os títulos individuais, encerra uma característica geral e prática e classifica em níveis consegue cumprir seu papel de manter um controle dos registros e auxiliar na elaboração de listas de assuntos e ainda por nível de profundidade ao sinalizar o grau de cobertura temático.

Maximiano (2006), em sua tese, afirma que devido à explosão bibliográfica o *Conspectus* apresentou-se a comunidade bibliotecária como uma espécie de relatório da gestão da coleção com diversas funções por essência a nível da seleção ao permitir a tomada de decisão.

Caribé (2014), conceitua que o termo *Conspectus* tem equivalência com o termo inglês *survey*, o qual significa levantamento, ou revisão geral. E ainda segundo a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), toda política de desenvolvimento de coleção devia ter um item, a qual descreve-se a própria coleção, com seus pontos fracos e fortes. E ainda *Conspectus* é:

Utilizado como um instrumento para análise e avaliação da coleção é uma ferramenta flexível, adaptável e parametrizada e de fácil utilização. É um instrumento para análise da coleção que permite comparar os níveis de profundidade alcançados com as projeções ou metas futuras revisando-as. (Caribé, 2014, p.6).

Dessa forma,

3.2 Estandarização da coleção

Os níveis da coleção são exemplificados por indicadores de profundidade da coleção, sendo eles subdivididos em: 0, 1, 2, 3, 4, 5, ainda representando por:

- a) Nível zero (0): fora do escopo, ou seja, não interesse ou serão adquiridos material com esse assunto geral ou específico.
- b) Nível um (1): nível mínimo de informação- “obras gerais que dão suporte mínimo as solicitações dos usuários” (CARÍBE, 2014, p.9).

Vale destacar que pode ser ainda subdivido em “1ª” nível mínimo de informação, cobertura desigual e 1º nível “b”, nível mínimo de cobertura focalizada.

- c) Nível dois (2): Nível básico de informação- são caracterizados como obras gerais de informação, introdutórias e como linha geral situam o usuário sobre a temática estuda, o que justifica o fato também que uma biblioteca deve possui um número mínimo de obras gerais de referência ” (CARÍBE, 2014)

Como o nível mínimo, o básico possui uma subdivisão, sendo “2a” nível básico de informação, introdutório e o “2b” nível básico de informação, avançado.

- d) Nível três (3): Nível de apoio instrucional ou estudo, é um estágio o qual tenta dar apoio, de forma sistemática, não sendo extensa como a pesquisa, próximo nível, mas deve ser baseada com obras extensas de monografias e periódicos e ainda se abrangente para incluir os *e-books* e o acesso remoto a outras fontes de informação.

A suas ramificações são “3a” estudo básico ou de apoio instrucional, “3b” estudos intermediários e “3c” estudos avançados”.

- e) Nível quatro (4) – Nível de pesquisa, neste nível deve orienta de forma intensiva os principais programas de doutorado e aprofundar determinada competência informacional aplicada, sendo cumulativa dos outros níveis e mais outras fontes de informação.
- f) Nível cinco (5)- Nível Abrangente, inclui uma coleção exaustiva de modo a propiciar pesquisas históricos, por se caráter completo e extenso.

Os níveis são todos cumulativas, ou seja, o nível de apoio instrucional, deve abarcar o de nível mínimo (1) e básico (2). O quadro a segui ilustra todos os níveis com suas definições:

Quadro 5: Níveis e Definições

0	1	2	3	4	5
Fora de escorpo ou dos objetivos das bibliotecas	Nível Mínimo da Coleção	Nível Básico	Nível Apoio Instrucional	Nível de Pesquisa	Nível Abrangente
	1a nível mínimo de informação, cobertura desigual	2a nível básico, introdutório	3a nível de apoio instrucional, básico		
	1b nível mínimo de informação, cobertura focalizada	2b nível básico, avançado	3b nível de apoio instrucional, intermediário		
			3c nível de apoio		

			instrucional, avançado		

Fonte: elaborado pelo autor, conforme Caríbe (2014).

As categorias são organizadas juntas com os sistemas de classificação, os quais auxiliam na representação temática dos materiais informacional. É importante salientar que o Conspectus encerra um esquema de classificação e combinação de conteúdo Oberg (1998) apud Maximiano (2006), por isso pode ser usado como esquema de classificação ou pela junção de assuntos ou por ambas as formas de organização.

Ao envolver a coleção por completo a tese de Medina (2007) afirma que:

Sí bien es cierto la autora considera al Modelo Conspectus dentro del método centrado en la colección o enfocado en los materiales, destaca que es una técnica cuantitativa, puesto que da a conocer la diversidad de la colección total de documentos a través del grado de exhaustividad que le otorga los niveles propuestos por el modelo. En esta investigación consideraremos al Modelo Conspectus como técnica cualitativa, en vista que da a conocer las características de la colección indicando las fortalezas y debilidades de las distintas materias que la contienen. (MEDINA,2007, p.43).

Dessa maneira, por ser um método que visa a investigação dos assuntos é recomendado que seja apoiado por uma espécie de levantamento de assunto, a fim que possa servi de base para avaliações sobre a coleções, juntamente com outros possíveis métodos quantitativos e qualitativos.

4 GESTÃO POR PROCESSO

Nesta seção, por meio ainda da pesquisa exploratória, buscou-se fazer um recorte das principais definições da gestão de processos aplicada as bibliotecas especializadas, ao se definir o que é processo? A importância de se implementar, visto que o cenário apresentado pede o estudo de metodologias nos processos e ações desenvolvidas no ambiente das bibliotecas, a fim de se otimizar, melhorar e tornar efetivo.

O nível organizacional e os objetivos da biblioteca para o desenvolvimento de coleção devem estar articulados com os da instituição mantenedora, o que seria levar em consideração atingir ótimo desempenho nos processos gerenciais da formação do acervo.

Como pode ser aplicado ao desenvolvimento de coleção ao se articular com o método *Conspectus* e a modelagem dos processos de seleção e aquisição. Portanto nessa seção será abordado, de forma não exaustiva a qualidade da informação e a gestão de processos e os programas para se modelar os processos os tornando mais claros, objetivos, padronizados e com um fluxo de trabalho, para isso o software Bizagi será abordado.

4.1 Bibliotecas Especializadas contexto

Vale destacar que o contexto de surgimento das bibliotecas especializadas coincidiu com o aumento da informação técnica ou especializada nos centros de informação e empresas com ramos de mercado bem distinto, retratado no século XX, com o tamanho da coleção dessas bibliotecas sendo aumentado, conforme Woods apud Figueiredo (1996).

São inúmeros fatores que corroboram para o desenvolvimento de bibliotecas especializadas dado o nível elevado de sua clientela, a qual constantemente busca aprimoramento, materiais novos, informações atualizadas e um serviço mais veloz e eficiente, como consequência força aos bibliotecários

especializados a prestar serviços mais personalizados, a aperfeiçoar os sistemas de recuperação de informação e antever possíveis demandas os usuários*.

O que também reflete nas coleções de assuntos do acervo, pois ter as informações certas, no menor tempo e custo, tornou-se uma questão estratégica nas organizações dado a competitividade, busca pelo lucro e pressões sociais por satisfazer algum anseio, o qual por natureza cognitiva, física e outras necessidades impulsionam as demandas. Os bibliotecários irão se basear na oferta de produtos, suportes informacionais disponíveis e acessíveis e os serviços oriundos deles, para saber da eficiência, eficácia e efetividade a avaliação deve ser frequente e direcionada nas demandas.

Embora mesmo com as melhorias nos processos de busca e recuperação da informação sejam eficientes, a questão irá sobressair o que está sendo recuperado? , qual a qualidade da informação a ser ofertado, por isso dependendo do ramo a procurar por materiais de qualidade, atuais, de bom estado será um determinante de uso. Ao se justificar, então, a necessidade de uma constante avaliação da informação disponíveis, o gestor irá se ater a oferecer o melhor, com qualidade e no menor tempo

Para isso o uso de instrumentos e metodologia, se fará uma constante, pois além de obter, o treinamento do recurso humano nas rotinas de a será de suma importância. Além de sempre estar articulado com os objetivos institucionais do órgão.

4.2 Qualidade da Informação como enfoque

A preocupação com a qualidade da informação é uma tendência mundial crescente a qual continua se modificando, dada os crescentes indícios que a qualidade de informação representa hoje questão de sobrevivência as empresas e o avanço dos direitos dos consumidores corroboram para o avanço com os estudos sobre as teorias de qualidade (VERGUEIRO,2002).

Desse modo, é imprescindível um amplo estudo sobre adequação e tradução dessas ao contexto das organizações que tratam sobre a informação, visto

que como outros setores, sempre presente, se formos relembra as 5 cinco leis¹ da biblioteconomia, já representam uma preocupação com a questão da qualidade. Ao analisar os norteadores como o acesso à informação, a difusão da informação, o aumento dos níveis educacionais da população, o avanço das tecnologias e um mercado mais competitivo, instável e dinâmico, requerem uma nova mentalidade para se melhorar o serviços e produtos das bibliotecas e entres de documentação.

Parece clara a percepção de que a melhoria do processo envolvido na consecução dos objetivos de determinada atividade é de fundamental importância, pois como meio de planejamento, execução organização, direção e controle garantem um estado almejado de qualidade. Nesse sentido Davenport (1994. p.7) define processo como “ [...] uma ordenação específica das atividades de trabalho no tempo e no espaço, com um começo, um fim, e inputs e outputs claramente identificados: uma estrutura para a ação”.

Dessa maneira, os processos próprios dos sistemas de informação como o desenvolvimento de coleção com os seus processos de seleção e aquisição podem ser traduzidos em fluxos de trabalhos com vistas a qualidade. Tais adaptações também se baseariam nos princípios da ISO 9000, sobre sistemas de qualidades a qual elenca 8 sendo estes segundo ABNT (2000, p.3)

- a) Foco no cliente Organizações
- b) Liderança
- c) Envolvimento de pessoas
- d) Abordagem de processo
- e) Abordagem sistema para a gestão
- f) Melhoria Contínua
- g) Tomada de decisão baseada em fatos
- h) Benefícios mútuos nas relações com os fornecedores

¹ Livros são para usar, a cada leitor o seu livro, a cada livro o seu leitor, poupe o tempo do leitor e a biblioteca é um organismo em crescimento”. Ranganathan

Estes princípios deixam claro a participação tanto de pessoal engajado para se atingir os níveis de qualidade desejados, quanto dos processos envolvidos a fim de se chegar nos objetivos pretendidos. Além disso, a utilização da gestão por processo fica mais clara ao se determinar a sequência e relação de todos os componentes de um processo.

4.3 Gestão por Processo como foco

Nesta fase se conceitua gestão por processo, ser uma abordagem administrativa, cuja o sentido envolve um estilo de uma organização e gerenciamento das operações de empresas Sodi (2012). Bem como, organizar e deixar claro o plano de negócio de uma organização. Como esforço de garanti a qualidade, foi desenvolvido ao longo da década de 80 e 90, ações ou programas pioneiros os quais visam estabelecer uma espécie de “arquitetura aos negócios de uma empresa”, dentre eles o *business process reengineering* – (BPR), a qual via com a proposta radical de uma total reengenharia dos processos de uma empresa eliminando a estrutura tradicional, por outra mais flexível e mais voltado as técnicas de qualidade (SODI, 2012)

O *Business process management* (BPM) é uma técnica mais geral que engloba muitas outras, tais como o *Business process improvement* (BPI), o qual seria ações pontuais de melhoria que o trabalha junto com o BPR implementa a lógica do plano de negócio e a gestão por processo numa organização, é importante salientar que em ordem de aplicação seria o BPR ao romper e reestruturar os processos fundamentais da organização, o BPI ser planos de melhoria continuados e o BPM mantém tudo que foi conseguido ao documentar todas as decisões, não permitir retrocessos e aprimoramento constante do processo de negócio Sodi (2012, p.46).

Vale ressaltar que a reengenharia é um processo que deve partir dos setores de planejamento estratégico e as ações adotadas reverberar nos processos operacionais e no caso de instituições pública as quais o lucro econômico não é o

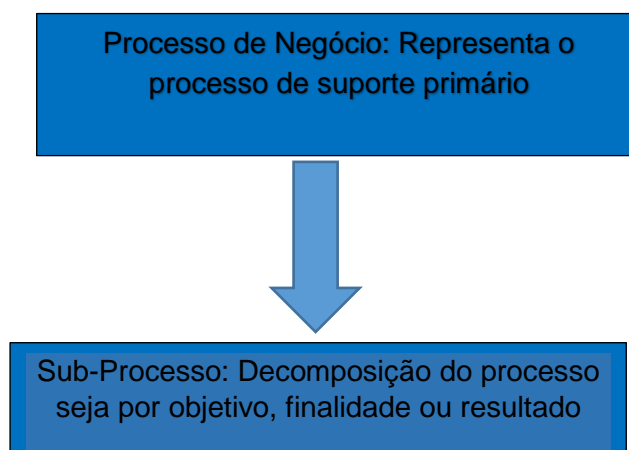
vetor central a melhoria contínua do processo é mais indicada do que a reengenharia dos processos segundo Davenport (1994).

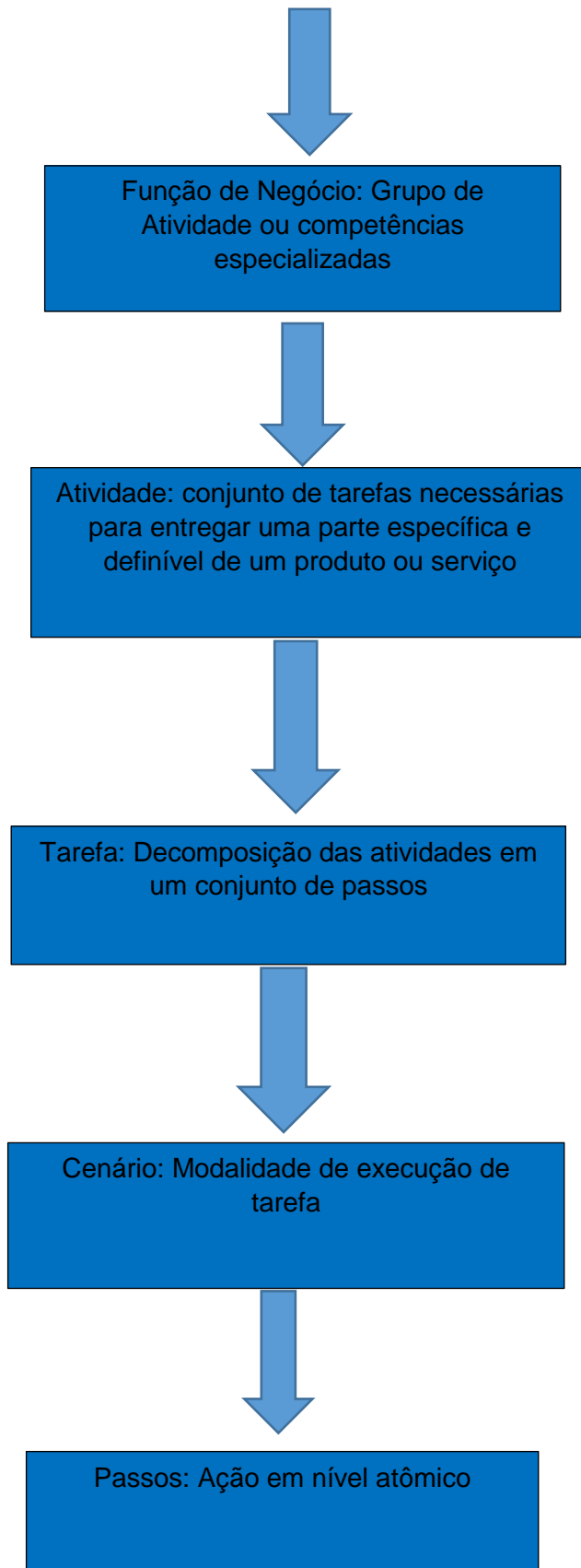
A Association of Business Process Management professionals (ABPMP), desenvolveu um manual em 2013 o “BPM CPBOK V3.0: Um guia para o gerenciamento de processo de negócio corpo comum de conhecimento”. Neste guia tem por objetivo a instrução aos operadores da BPM na sua tarefa de conciliar suas rotinas administrativas ao escopo da gestão por processo. É preciso conceituar que na visão desse amplo campo de estudo o processo de negócio, como sendo o objetivo primário de uma instituição e atender com qualidade seus clientes, nessa técnica os limites de setores e departamentos são flexibilizados em razão do aperfeiçoamento do processo nas palavras da ABPMP (2013).

Essa visão compreende todo o trabalho executado para entregar o produto ou serviço do processo, independente de quais áreas funcionais ou localizações estejam envolvidas. Começa em um nível mais alto do que o nível que realmente executa o trabalho e, então, subdividi-se em sub-processo que devem ser realizados por uma ou mais atividades (fluxos de trabalho) dentro de funções de negócios) áreas funcionais). As atividades, por sua vez, podem ser decompostas em tarefas e, adiante, em cenário de realização da tarefa e respectivos passo. (ABPMP, 2013, p.33).

Como observado pela visão dos associados as possibilidades de fragmentar e estabelecer cooperações pelos diversos setores de uma organização pode garantir o aprendizado por servir de documentação retrospectiva dos processos realizados. Conforme a Figura 3 o qual descreve a análise de partes gerais do nível de planejamento até as partes operacionais.

Figura 3: Processo orquestrando atividade





Fonte: ABMPB, 2013, p.33

Nesse caso é visível as subdivisões de algo que seria muito complexo de se analisar e agora por meio dessas sucessivas fragmentações é possível ver com mais clareza, porém é preciso nunca perde de vista o porquê disso, ou seja, os objetivos que se deseja alcançar.

5 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Na última seção do levantamento bibliográfico será abordado o ministério Público Federal a unidade da Procuradoria da República no estado do Pará, dado a abrangência do tema em várias facetas jurídicas, administrativas, sociais, da ordem social, considerando os objetivos dessa pesquisa se restringirá a um rápido apontamento as partes relevantes para o desenvolvimento de coleção : missão constitucional, as câmaras de temáticas e de revisão coordenadoria de documentação, setor de biblioteca e pesquisa e sua atribuição regimental no desenvolvimento de coleção.

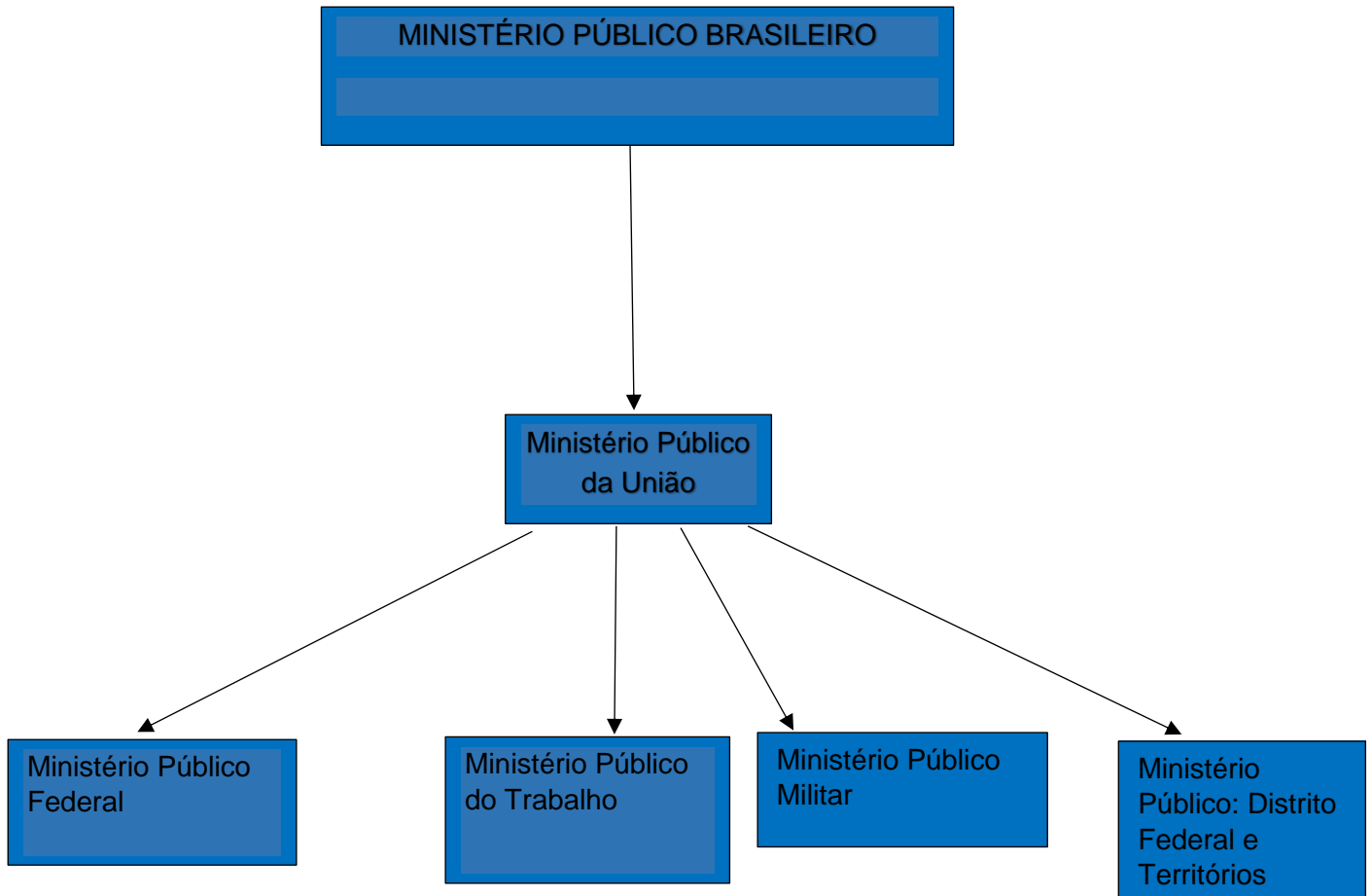
A pesquisa documental para os procedimentos metodológicos adotados foi aplicada no que tange ao se coletar o regimento interno administrativo do MPF, o plano de aquisição de 2018 para se dá ciência das instruções gerais para aquisição de cada unidade regional e estadual que compõe a rede de cooperação do Ministério Público da União. Por fim, será usado os assuntos levantados pelas câmaras de trabalho e revisão para se criar a matriz de assuntos para método Conspectus, bem como a tabela de pontos para servir de instrumento auxiliar a modelagem de seleção.

5.1 Função Institucional do Ministério Público Federal

A constituição federal de 1988 no seu art. 127 definir como “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (BRASIL, 1988). Desse modo, deve selar para corresponder às expectativas propostas e esperadas pela sociedade civil.

De modo que sua organização abarque o Ministério Público da União (MPU), composto por “I - o Ministério Público da União, que compreende: a) o Ministério Público Federal; b) o Ministério Público do Trabalho; c) o Ministério Público Militar; d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; II - os Ministérios Públicos dos Estados “ (BRASIL. 1988). Representado pela figura 4, a qual traz o organograma da instituição:

Figura 4: Organograma do Ministério Público Brasileiro



Fonte: Elaborado pelo autor

Assim como, possui uma estrutura organizacional bem delimitada, assim também o é com as funcionalidades definidas pelo artigo 129 da Constituição Federal (BRASIL,1988):

I- promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos ;IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior; VIII -

requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. (BRASIL, 1988).

Ademais são tratados de acordo com as respectivas temáticas do MPF, as quais apresentam aspecto importante dos campos de atuação do órgão. Dessa maneira, ainda, a presença de câmaras temáticas e de revisão com s atribuições próprias, regimento e escopo de assuntos, abordam essas funções para dar eficiências nos resultados e eficácia nos processos judiciais. De modo, que o profissional ao lidar com determinados casos, além da sua formação específica, necessita de um constante aperfeiçoamento e qualificação, visto que a informação jurídica se atualiza constantemente e ainda com a explosão informacional, a quantidade de suportes aumentou o que tornou impraticável analisar todos e demais fontes de informação.

5.2 Temáticas da Atuação do Ministério Público Federal.

Como já mencionado, o MPF é parte integrante do Ministério Público da União e como unidade integrante abarca na sua missão institucional, como fiscal da lei, mas também tem atuação nas áreas cível, criminal e eleitoral. Além disso, pode atua preventivamente, por meio de termo de ajustamento de conduta.

E por meio disso, possui a seguinte missão institucional “promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do estado democrático de direito”, ainda para consecução dessa missão atua nas esferas: dos direito difusos interesses que não específicos de um indivíduo e sim do coletivo), por exemplo a questão ambiental, interesses coletivos (já são interesses de um grupo ou classe) as quais se ligam ou se opõe numa ação judicial e interesses individuais homogêneos (os interesses do indivíduo, os quais o afetam particular, no entanto seu efeito pode atingir outros com os mesmos efeitos), os quais seriam os direitos do consumidor. Além disso, ajuíza ações de improbidade administrativa contra agentes públicos suspeitos de irregularidades do uso bem público.

A esfera criminal, a que diz respeito da justiça federal, protocolada em tribunais superiores e federais. Além, de controle da atividade policial. Como é percebido existe um rol de atividades diversas e múltiplas pelo MPF, em apurar e dar uma resposta para essas e outras questões, por isso existe a divisão em câmaras temáticas para os membros do MPF, os procuradores da República, para a melhor atuação e orientação. Nesta pesquisa exploratória se buscará um rápido levantamento para se ter o conhecimento desses ramos fundamentais, pois não visa a exaustividade. Portanto, a divisão por temática como no quadro 5 é necessária para se elencar os assuntos prioritários, os quais nortearam os processos de seleção e aquisição de material bibliográfico.

Quadro 6: Temáticas do MPF

Temática 1: Direitos Sociais e Fiscalização dos Atos Administrativos
Temática 2: Criminal
Temática 3: Ordem Econômica e Social
Temática 4: Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
Temática 5: Combate à Corrupção
Temática 6: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
Temática 7: Controle Externo Policial e Sistema Prisional
Temática 8: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão- PFDC
Temática 9: Eleitoral
Temática 10: Cooperação Internacional

Fonte: elaborado pelo autor

Portanto, como o visto atuação é vasta, e necessária dentro de cada temática selecionar os assuntos mais imprescindíveis para uma melhor atuação, visto que como abordados anteriormente os 3 pilares de restrição fundamenta, orçamentário, acomodação física e recursos humanos na unidade de informação, devem avaliar bem a fim de que possam servir os melhores produtos e serviços, pautados nas necessidades informacionais dos usuários e sua necessidade à documentação jurídica e suas formas como doutrina e jurisprudência como Passo e Barros (2009).

Além disso, existem os assuntos das atividades meios, pois o MPF possui outras áreas de suporte a atividade fim, o Direito, os quais precisam ser contempladas para uma melhor unidade da organização temas como da administração pública, financeira, infraestrutura, informática, antropologia, entre outras áreas suportes devem possuir um acervo em nível 3 no máximo, pois neste congregar assuntos de nível mais geral, noções mais diretas para esclarecer de forma bem pontual.

5.3 Biblioteca da Procuradoria da República no Estado do Pará

A unidade de informação da PR/PA, tem como missão “tem como principal atribuição dar suporte à pesquisa e disponibilizar o acervo bibliográfico aos procuradores, servidores, estagiários e demais usuários da PR/PA”. Com esta missão, observa-se que ter um planejamento bem devido no fluxo de trabalho para acompanhar as demandas e pontuando as principais exigências, como Figueiredo (1996), ao abordar as bibliotecas especializadas, apontar que possui características de uma empresa e visa na melhor condução das buscas, compilação de bibliografias sistematizadas, sistemas de alertas e divulgação dos principais assuntos para subsidia o serviço de referência.

É perceptível que a coleção ganha uma percepção importante e o dever se manter atualizada e conectada com outras unidades de informação para supri informacionalmente seus usuários. Por meio, do Conspectus é possível fazer uma sinopse ou levantamento dos assuntos que possui e trocar com outras unidades de informação jurídica, visto que como abordado é impraticável possuir todos os

documentos do vasto universo da informação da documentação jurídica e além disso, avaliar a qualidade da informação, custo na obtenção, verificação das fontes confiáveis, avaliação dos benefícios alcançados, índices do uso e tempo de obsolescência da informação.

O desenvolvimento de coleção torna-se imprescindível para qualquer unidade de informação, e principalmente, se for jurídica, como biblioteca jurídica estudada a PR/PA precisa a medida que recolhe os dados da sua comunidades de usuários, importante observar como característica de uma unidade especializada possui uma comunidade de usuários homogênea, não sofrendo flutuações sempre sendo : Procuradores da República, servidores da unidades e estagiários, que utilizam a biblioteca, buscando solucionar suas necessidades na coleção organizada. Por isso, o acervo deve ser sempre atualizado e organizado para facilitar as buscas. Ao estandarizar a coleção como Conspectus se esta filtrando a profundidade dos assuntos. Segundo ainda o Regimento Interno Administrativos do Ministério publico Federal o qual discorre que “

6 METODOLOGIA

6.1 Planejamento Metodológico

Ressalta-se que na aplicação da metodologia de M.C. é necessário realizar um “pequeno inventário”, como recomendado por Caribé (2014, pois o método é de aspectos qualitativos, conforme a proposta da IFLA (2001, p.1). A aplicação do método na coleção da biblioteca da PR/PA obedeceu a prioridade dos assuntos encontrados no acervo circulante, o qual se encontra no Edifício Evolution. Sem mapear toda a coleção de Belém, pois só amostra em questão ser o suficiente para conduzir as análises necessárias e considerações necessárias.

Ademais os assuntos serão organizados pelo sistema de classificação decimal de Direito, pois como derivado da classificação decimal de Dewey-CDD, possui correspondência com o Conspectus, visto que na sua formação ora foi adaptado da Library of Congress-LC para a CDD. Além disso, na configuração das tabelas os níveis representados, bem como a quantidade correspondente. Essa pesquisa se concentrará no levantamento geral dos assuntos da coleção, não mesclando com outros estudos como: estudos de usuários, “viés das estantes”, taxas de depreciações, uso corrente, porém nada que em outros estudos possa ser relacionado.

Com relação aos objetivos específicos a) e b) a sua consecução será obtida pelos gráficos, quadros e tabelas, sendo os assuntos de formação básica, os quais recebem o indicador 2 e 3, vale ressaltar que os níveis 3 são de apoio instrucional sendo dos tipos básico, intermediários e avançados, respectivamente em 3a, 3b e 3c da atividade-meio corresponde a tais níveis. Os assuntos específicos como o 4, nível de pesquisa, tais como de perícias e aprofundamento das questões para o atendimento das atividades-fim do órgão. E por fim, os assuntos que abordarem o MPF, os relatórios das câmaras temáticas, assim como livros com autoria de membros, colaboração com outras instituições devem ser coletados de forma abrangente.

O último objetivo o c) é um fluxo dos processos de Desenvolvimento de Coleção os quais auxiliam na gestão da coleção, pois ao se elencar os critérios de seleção, tais como preço, indicação, cotação de preço, comparação com outras bibliografias ou lista desiderata e edições atualizadas, o conjunto de critérios possibilitam uma seleção mais segura e com o mapeamento dos assuntos ajuda a planificar coleção e com o direcionamento orçamentário sobre os assuntos, o que é também uma forma do setor de biblioteca e pesquisa esta aliada com o planejamento estratégico do MPF (Brasil, 2015).

O processo de aquisição esta bem mais consolidado, por seguir diretrizes das leis que regem a compra de materiais bibliográfico pelas instituições públicas. Já o processo de desbastamento é o levantamento dos títulos obsoletos é importante observar as taxas de empréstimo, tal como estado físico do material, e a não utilização mais do assunto pela unidade. O software utilizado para modelar os processos será o BIZAGI.

6.2 Análise dos dados

A seguir os assuntos da formação dos assuntos da PR/PA no quadro 7, com os indicadores Conspectus de (0,1, 2, 3, 4 e 5), para se estabelecer essa relação foi feito um “inventário” sobre os assuntos, da tradução do número de classificação que a biblioteca utiliza, a saber classificação decimal de direito a Cddir, ou de Doris de Queiros. Essa é apenas uma amostra da coleção dos livros da PR/PA.

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus (Continuação)

Assuntos Levantados no Inventário	Indicadores Conspectus
Método de Pesquisa	2
Ciência da Informação e Biblioteca	3
Bibliotecas. Arquivos. Centros de informação	3
Representação descritiva	3
Bibliotecas - serviço de referência	3

Leitura e uso de outros meios de informação	2
---	----------

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus

(Continuação)

Ética	3
Homossexualismo	2
Comunicação	1
Comunicação Oral	1
Comunicação de Massa	1
Cultura e Instituições	2
Comunidades urbanas. Sociologia. Cidades	1
Ciência Política	3
Liberdade de Palavra	2
Desenvolvimento Econômico	2
Direito	4
Direito - processamento de dados	4
Direito - estudo e ensino	3
Brasil - Legislação	3
Filosofia do Direito. Direito natural. Direito ideal, direito racional	3
Lógica jurídica	3
Sociologia jurídica	3
Hermenêutica (direito)	3
Leis - elaboração	3
Ciência jurídica	3
Terminologia jurídica	3
Jurisprudência processual penal	3

Medicina legal	3
----------------	----------

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus

(Continuação)

Questões científicas e técnicas de caráter-legal	2
Direito internacional público	4
Acordo geral sobre tarifas e comércio (organização)	3
Mercosul - legislação	3
Relações internacionais	2
Direitos humanos	4
Direitos primordiais do homem.	4
Direitos humanos - proteção as minorias	4
Ocupação. Posse	3
Tratados	3
Direito penal internacional	4
Refugiados políticos	3
Relação entre tribunais de países diferentes	3
Genocídio	3
Tráfico de mulheres	4
Tribunais internacionais	4
Direito constitucional	4
Teoria do estado	3
Ação de descumprimento de preceito fundamental	4
Direito constitucional, manuais e cursos	3
Teoria do direito constitucional.	3

Brasil - constituição	2
Poder judiciário	2

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspetus

(Continuação)

Direitos fundamentais. Direitos primordiais. Garantias asseguradas aos cidadão e associação. Direitos do homem. Liberdade fundamentais. Direitos políticos	4
Quilombos	3
Cassação e suspensão de direitos políticos	3
Direitos da pessoa humana. o estado e os indivíduos. Liberdades públicas	4
Trabalho escravo. Prisões arbitrárias	4
Igualdade perante a lei	3
Direitos, imunidades e privilégios pessoais derivados da organização social	4
Igualdade civil	3
Liberdade de imprensa	3
Sigilo de correspondência	3
Garantias constitucionais	4
Mandado de segurança. Mandado de segurança de coletivo	3
Mandado de injunção	3
Direito eleitoral	4
Crimes eleitorais e respectivos processos	4
Campanhas eleitorais	3
Direito administrativo	3
Manuais. Direitos administrativos	3
Responsabilidade civil administrativas	3

Organização administrativa	3
Centralização. Descentralização	3

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus

(Continuação)

Legislação de pessoal. Estatuto de funcionário	3
Deveres e obrigações dos servidores	2
Sanções administrativas	4
Bens públicos	2
Direitos das águas. Águas públicas	4
Direito de minas	3
Petróleo. Monopólio	2
Potenciais de energia hidráulica. Energia elétrica	2
Indígenas. Direito do índios	4
Direito ambiental	4
Normas constitucionais sobre meio ambiente	3
Sistema e política do meio ambiente	3
Responsabilidade civil por dano ambiental	3
Crimes ambientais e respectivos processos	4
Flora. Florestas e códigos florestais	4
Preservação do meio ambiente. Normas antipoluição	3
Diversidade biológica	2
Patrimônio histórico e artístico nacional	4
Controle judicial dos atos administrativos	4
Contratos administrativos	3

Licitações em geral	3
---------------------	----------

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus

(Continuação)

Concessão, permissão, autorização de servidor público	3
Polícia sanitária	1
Regulamentação e construções. Gabaritos. Direito urbano	1
Desapropriação por utilidade pública	2
Direito econômico	3
Direito financeiro	3
Orçamento	3
Tribunais de contas da união	3
Responsabilidade fiscal. Lei de responsabilidade fiscal	3
Direito tributário	3
Direito tributário - teoria fundamental	3
Limitações constitucionais	4
Ilícito tributário	4
Impostos sobre comércio exterior	3
Contribuições sociais	2
Direito processual	4
Magistrado. Magistratura judicial	2
Ministério público. Procuradorias. Advocacia pública. Advocacia-geral pública. Defensoria pública	5
Polícia judiciária	3
Competência. Jurisdição. Atribuições	4

Inquérito civil	4
Ação civil pública	4

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus

(Continuação)

Tribunais superiores. Supremo tribunal federal, superior tribunal de justiça. Tribunal superior do trabalho. Tribunal superior eleitoral. Superior tribunal militar	4
Tribunal federal de recursos. Tribunais regionais federais. Juízes federais. Juizados especiais federais.	4
Juizados especiais cível e criminal	4
Direito processual penal	4
Código de processo penal - brasil	2
Maneira pela qual o citado é conduzido perante à justiça. Prisão, ordem de comparecimento e de captura	4
Detenção preventiva. Liberdade sob caução	4
Debates na audiência. Debate oral	4
Provas em matérias penal	4
Provas por indícios e presunções	4
Execução dos julgamentos e das penas	4
Direito processual civil	4
Direito processual civil, manuais	3
Código de processo civil - brasil	2
Fases dos processos	3
Assistência judiciária, processo gratuito. Justiça gratuito	3
Mandado de segurança	4
Prescrição das penas	3
Ações civis no geral	4
Diversas espécies de ações	4

Litispêndência. Conexidade de causa. Exceções declinatória	3
Atos de processo em geral	3

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus

(Continuação)

Perícia	3
Decisões judiciárias. Vias de execução. Vias recurso	3
Julgamento. Decisões judiciárias	3
Execução dos julgamentos	3
Execução fiscal	3
Embargos diversos	2
Coisa julgada	2
Vias de recurso em geral	2
Nulidade do processo	2
Direito penal	4
Teoria, conceito e fundamento do direito penal ou direito de punir	3
Direito penal, manuais e cursos	3
Código penal - brasil	2
Lei penal em geral, sua aplicação e sua eficácias no tempo e no espaço	2
Imputabilidade e responsabilidade em geral	2
Outras causas que modificam, excluem ou diminuem a responsabilidade. Irresponsabilidade	2
Divisão e classificação das infrações: crimes, delitos e contravenções.	2
Penas. Penalidades em geral	3
Confiscação das coisas em relação direta à inflação. Confiscação dos bens	3
Penas privativas	3
Regras técnicas relativas à duração das penas	3
Prescrição da pena	2

Graça. Idulto. Comutação da pena	3
Infrações contra o estado e contra administração	4
Infrações contra a ordem e a segurança pública	4
Armas proibidas	3
Infrações contra a administração pública	4
Corrupção dos funcionários	4

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus

(Continuação)

Abuso de autoridade e violação dos deveres inerentes a uma função pública. Desvio do poder	4
Delitos eleitorais	4
Fraudes no comércio e indústria. Crimes contra a economia popular	4
Infrações contra os bons costumes	4
Pessoas incapazes de consentimento: menores, dementes, hipnotizados	2
Pornografia. Escritos, imagens, canções obscenas	2
Uso e tráfico de drogas	3
Infrações contra a pessoa	4
Lesões corporais atos de violência	2
Banditismo. Pirataria e pilhagem	4
Apropriação indébita	4
Danos dolorosos contra a propriedade. Devastação. Destruição	4
Contravenções	2
Direito penitenciário. Direito de execução penal	4
Criminologia e antropologia, sociologia e tecnologias criminais	3
Outros ilícitos penais	3
Métodos da criminologia	3
Direito previdenciário. Seguridade social	3

Previdência social	2
Planos de beneficiários da previdência social	2
Aposentadorias e pensões	2
Aposentadorias especiais	2
Saúde	2
Assistência médica	2

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus

(Continuação)

Sistema único de saúde (SUS)	2
Fornecimento de medicamentos	3
Direito militar	2
Direito penal militar	2
Processo penal militar	2
Direito privado	2
Direito civil	3
Direito privado - manuais	2
Direito privado- parte geral	3
Direitos reais -coisas ou bens	3
Direito agrário. Direito rural	2
Usucapião. Prescrição aquisitiva	3
Condomínio e indivisão	2
Vendas de imóveis. Incorporação de imóveis	2
Movimentação dos direitos: exercício, aquisição	3
Propriedade imobiliária. Regimes das terras	3
Servidões	2
Contratos e servidões gerais	2
Locação de imóveis	2

Responsabilidade civil em geral. Ação Aquiliana	2
Registros de comércios. Juntas comerciais	2
Responsabilidade profissional	2
Direito da família (direito civil)	1
Pessoas jurídicas, morais, civis, personificação civil	2
Constituição. Parentesco e aliança. Linhas e graus	1

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus

(Continuação)

Direitos da mulher em geral	3
Efeitos do casamento sobre os bens dos cônjuges	1
Relações jurídicas entre os pais e os filhos em geral	1
Direito hereditários e das sucessões	1
Direito do menor. Estatuto da criança e da adolescência	2
Direito comercial	1
Direito bancário	1
Direito marítimo	3
Falência	1
Contratos comerciais	1
Sociedades cooperativas	1
Direitos intelectuais . Propriedade comercial	3
Direito autoral. Artístico e literário	3
Direito internacional privado	3
Direito do consumidor	4
Legislação de defesa do consumidor	2
Legislação de defesa do consumidor - brasil	2
Direito do trabalho	1
Medidas preventivas de direito do trabalho	1

Acordo de convenção coletiva do trabalho	1
Indenizações por insalubridade. Periculosidade	1
Trabalhos menor	1
Conflitos coletivos do trabalho	1
Direito processual do trabalho	1
Ministério público do trabalho	1

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus

(Continuação)

Elementos da convenção coletiva. Eficácia	1
Legislação do trabalho - brasil	1
Direito médico	1
Tráfico de drogas controle	1
Crime organizado	4
Improbidade de administrativa	5
Responsabilidade por dano ambiental	5
Patrimônio cultural	5
Gestão Ambiental. Problemas Ambientais	5
Sociologia educacional	2
Telecomunicações	2
Línguas	1
Língua portuguesa - Gramática	0
Geologia, hidrologia e meteorologia	1
Engenharia	1
Engenharia civil. Construção de materiais específicos	3
Engenharia sanitária - Saneamento	3
Engenharia Civil	1
Administração. Auditoria	4

Contabilidade pública	3
Auditoria contábil	3
Construção	1
Administração geral	2
Administração de pessoa	3
Administração	1

Quadro 7: Inventário dos assuntos por indicadores Conspectus

(Continuação)

Legislação Despótica	0
Literatura	0
Redação de Trabalho Científico	2
Oratória e Falar Público	1
Índios do Brasil	4
História do Brasil	2
Povos nativos - Brasil	3

Fonte: elaborado pelo autor

(Fim)

Então, como observado a coleção apresenta um percentual considerado da sua coleção no nível 3, que é chamado de apoio instrucional ou estudo, é um estágio o qual tenta dar apoio, de forma sistemática, não sendo extensa como a pesquisa, próximo nível, mas deve ser baseada com obras extensas de monografias e periódicos e ainda se abrangente para incluir os *e-books* e o acesso remoto a outras fontes de informação (CARÍBE, 2014). Bem como, é de Pesquisa pois como próximo nível é mais profundo e dessa forma se aproxima dos assuntos prioridades pelo órgão. Aquisição deve prioriza esses, assim como o 5, pois serem os níveis de suporte e desempenho do MPF.

Os demais são secundário e devem ser analisados caso a caso, embora geral e representem os níveis da coleção. O Método Conspectus não deve ser usado sozinha mais em conjunto com outros métodos para mais garantia dos processos de seleção e aquisição.

6.3 Tabulações para o Objetivo específico b: identificar as tendências dos assuntos da PR/PA, conforme a missão institucional e escopo das câmaras institucionais

A fim de identificar as tendências dos assuntos optou-se por se utilizar o exemplo da biblioteca Pedro Aleixo, da câmara dos deputados, a qual se baseia no modelo *Conspectus* para se estrutura a seleção e somados com outros critérios, auxiliam a tomada de decisão, no seu “art. 7º ao estabelecer uma os instrumentos auxiliares tais como os I níveis de profundidade, II a matriz de assuntos e as III planilhas de pontuação das coleções” (BRASIL, 2014a).

Os níveis da coleção estão baseados nos algarismos (0, 1, 2, 3, 4 e 5), respectivamente fora de escopo, nível mínimo, nível básico, nível de apoio institucional, nível de pesquisa e nível abrangente, a exemplo da Câmara dos Deputados, fora de escopo sejam os assuntos alheio a missão do MPF e os abrangentes os alinhados fortemente com os objetivos constitucionais do Ministério Público Federal e os demais sua correspondência as câmaras institucionais.

As planilhas de pontuações trarão os critérios adotados, como é proposto por Maximiano (2002), Figueiredo (1993), Lancaste (1999) e Vergueiro (2002), não deve haver apenas um método para se fundamentar uma política de desenvolvimento de coleção e sim a soma de métodos para se ter maior qualidade na seleção e por conseguinte na avaliação. E por isso é aconselhável que a instituição da PR/PA eleja seus critérios, conforme aquelas que sejam mais relevantes e se adaptam a sua coleção

E por fim, a soma dos níveis de coleção e as planilhas de pontuações irão compor a matriz dos assuntos, que seria o “retrato geral” com os assuntos selecionados pelos sistemas de classificação ou demais listas de controle de vocabulário, de modo que deve haver a preocupação na tradução dos termos da linguagem natural à linguagem controlada, o respectivo nível de 1 a 5, lembrando que os de nível 5 deve haver um compromisso na sua aquisição prioritariamente e os aspectos a serem observados em cada coleção.

A seguir será apresentado a Matriz de Assunto dos termos preferidos por cada área temática que compõe o MPF em especial atenção a PR/PA.

6.3.1 Matriz de Assunto: Temática 1: Direitos Sociais e Fiscalização dos Atos Administrativos.

Os assuntos elencados das Câmara Temática estão, de acordo com Brasil (2014b), a qual estabeleceu as estruturas, composição e temas, de acordo com a lei orgânica do Ministério público Federal.

§ 1º À 1ª Câmara de Coordenação e Revisão incumbe atuar nos feitos cíveis relativos à educação, à saúde, à moradia, à mobilidade urbana, à previdência (inclusive as complementares pública e privada) e assistência social, aos conflitos fundiários, bem como na fiscalização dos atos administrativos em geral. (BRASIL, 1993).

Então, os assuntos da Procuradoria da República no estado do Pará são organizados conforme o quadro 9. Estando organizada por assunto, nível de profundidade e aspecto a ser considerado para seleção e aquisição.

Quadro 9: Assuntos da Câmara 1

Assuntos	Nível da Coleção Conspectus	Aspectos a serem observados, conforme a Resolução CSM PF°48
Direitos e Garantias Fundamentais	5	doutrina e jurisprudência
Saúde	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Moradia	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Transporte Terrestre	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Ensino Fundamental e Médio	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso	5	Adequação, doutrina e jurisprudência

Educação Pré-escolar	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Edital; Improbidade Administrativa	5	Adequação, doutrina e jurisprudência

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

6.3.2 Matriz de Assunto: Temática 2: Criminal

Já os assuntos da Câmara 2, seguem o entendimento de Brasil (2014):

À 2ª Câmara de Coordenação e Revisão incumbe atuar nos feitos relativos à matéria criminal, ressalvados os de competência da 5ª e 7ª Câmaras. (BRASIL, 2014).

Assim, os temas abordados no quadro 10 são os que correspondem os temas prioritários com os da Procuradoria da República no Estado do Pará, na área criminal e os níveis da coleção segundo o Conspectus.

Quadro 10: Assuntos da Câmara 2

Assuntos	Nível da Coleção Conspectus	Aspectos a serem observados
Fraudes previdenciárias	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Crimes de fronteira (incluindo portos e aeroportos)	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Lavagem de dinheiro	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Pornografia infantil e racismo na internet	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Trabalho escravo	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Tráfico de pessoas	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Crimes contra comunidades indígenas	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Crimes da ditadura (Justiça de Transição)	5	Adequação, doutrina e jurisprudência

Fonte: Elaborado pelo autor

6.3.3 Matriz de Assunto: Temática 3: Ordem Econômica e Social

Os temas abordados na câmara 3 são os de ordem econômica e social segundo Brasil (2014b, p.2) “[...] incumbe atuar nos feitos cíveis relativos às relações de consumo, assim definidos em legislação especial...”.

Portanto, no quadro 11 estão os assuntos da Procuradoria da República no Pará com a temática da ordem econômica e social.

Quadro 11: Assuntos da Câmara 3

Assuntos	Nível da Coleção Conspectus	Aspectos a serem observados
Crimes contra a Ordem Tributária	5	Doutrina, jurisprudência
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	5	Doutrina, jurisprudência
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	5	Doutrina, jurisprudência
Direito do Consumidor	5	Doutrina, jurisprudência
Instituições Financeiras	5	Doutrina, jurisprudência
Improbidade Administrativa; Crimes contra as Relações de Consumo	5	Doutrina, jurisprudência

Fonte: Elaborado pelo autor

6.3.4 Matriz de Assunto: Temática 4: Proteção do Patrimônio Cultural

Atuação da Câmara de proteção do patrimônio cultural cabe atua de forma a resguardar e preservar o meio ambiente, por serem tutelados e classificados como bens jurídicos tutelados Brasil (1996, 2014b).

E seguindo o quadro 12, são apresentados os assuntos da unidade estadual no Pará, assim como os aspectos a serem observados, tanto de caráter das ações cíveis quanto criminais ou tema relacionado.

Quadro 12: Assuntos da Câmara 4

Assuntos	Nível da Coleção Conspectus	Aspectos a serem observados
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	5	Doutrina e jurisprudência sob os feitos cíveis a responsabilidade civil
Patrimônio Histórico / Tombamento	5	Doutrina e jurisprudência sob os feitos cíveis a responsabilidade civil
Contra o Meio Ambiente	5	Doutrina e jurisprudência sob os feitos cíveis a responsabilidade civil
Mineração	5	Doutrina e jurisprudência sob os feitos cíveis a responsabilidade civil
Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico	5	Doutrina e jurisprudência sob os feitos cíveis a responsabilidade civil
Energia Elétrica	5	Doutrina e jurisprudência sob os feitos cíveis a responsabilidade civil
Crimes contra a Flora	5	Doutrina e jurisprudência sob os feitos cíveis a responsabilidade civil
Indenização por Dano Ambiental	5	Doutrina e jurisprudência sob os feitos cíveis a responsabilidade civil
Crime contra a administração ambiental	5	Doutrina e jurisprudência sob os feitos cíveis a responsabilidade civil

Fonte: Elaborado pelo autor

6.3.5 Matriz de Assunto: Temática 5: Combate à corrupção

Os aspectos a serem observados na quinta câmara o combate à corrupção é importante salientar que a fiscalização recaí sobre à Administração Pública conforme Brasil (2014b).

incumbe atuar nos feitos relativos aos atos de improbidade administrativa; crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; crimes praticados por particular contra a administração em geral, crimes

praticados por particular contra a administração pública estrangeira, crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores e Lei das Licitações. (BRASIL, 2014, p.2).

Dessa forma, no quadro 13 traz à relação dos assuntos com os esses aspectos discriminados na resolução de instauração das câmaras temáticas e a lei orgânica do Ministério Público da União no combate à corrupção no setor público.

Quadro 13: Assuntos da Câmara 5

Assuntos	Nível da Coleção Conspectus	Aspectos a serem observados
Improbidade Administrativa	5	Adequação a doutrina e jurisprudência sobre Improbidade Administrativa
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	5	Adequação, doutrina e jurisprudência acerca do crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores
Licitações	5	Adequação, doutrina e jurisprudência sobre e Lei das Licitações
Crimes da Lei de licitações	5	Adequação, doutrina e jurisprudência sobre e Lei das Licitações
Má-gestão praticada por Prefeitos e Vereadores; Apropriação indébita Previdenciária	5	Adequação, doutrina e jurisprudência sobre crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores
Infração Administrativa	5	Adequação, doutrina e jurisprudência crimes praticados por funcionário público, crimes praticados por particular contra a administração em geral e crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira
Crimes contra a Ordem Tributária praticado por Funcionário Público	5	Adequação, doutrina e jurisprudência sobre crimes praticados por funcionário público

Improbidade Administrativa; Outras fraudes	5	Adequação, doutrina e jurisprudência Improbidade Administrativa e
---	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor

6.3.6 Matriz de Assunto: Temática 6: Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

O Campo da sexta câmara é resguarda os direitos das comunidades tradicionais, sendo incumbida de atuar nos feitos cíveis relativos à defesa dos direitos e interesses das populações indígenas e relacionados às comunidades tradicionais Brasil (2014b).

A segui o quadro 14 apresenta os assuntos abordados na Procuradoria da república no Pará com o nível de profundidade da coleção e principal aspecto a ser observado.

Quadro 14: Assuntos da Câmara 6

Assuntos	Nível da Coleção Conspectus	Aspectos a serem observados
Populações Tradicionais; Seguro Desemprego	5	Doutrina e jurisprudência ações cíveis relativo a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas e tradicionais
Populações Tradicionais; Poluição	5	Doutrina e jurisprudência ações cíveis relativo a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas e tradicionais
Pornografia infantil e racismo na internet	5	Doutrina e jurisprudência ações cíveis relativo a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas e tradicionais
Trabalho escravo	5	Doutrina e jurisprudência ações cíveis relativo a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas e tradicionais
Tráfico de pessoas	5	Doutrina e jurisprudência ações cíveis relativo a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas e tradicionais

Crimes contra comunidades indígenas	5	Doutrina e jurisprudência ações cíveis relativo a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas e tradicionais
Crimes da ditadura (Justiça de Transição)	5	Doutrina e jurisprudência ações cíveis relativo a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas e tradicionais

Fonte: Elaborado pelo autor

6.3.7 Matriz de Assunto: Temática 7: Controle Externo Policial

Os assuntos da sétima Câmara de Coordenação e Revisão incumbe atuar nos feitos cíveis e criminais relativos ao controle externo da atividade policial e aos estabelecimentos penais Brasil (2014). Os aspectos devem ser o mais completo possível. O quadro 15 ilustra os assuntos com os aspectos a serem considerados na seleção de material bibliográfico.

Quadro 15: Assuntos da Câmara 7

Assuntos	Nível da Coleção Conspectus	Aspectos a serem observados
Polícia Federal	5	Doutrina e jurisprudência atuação em cíveis e criminais do controle externo da atividade policial
Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados	5	Doutrina e jurisprudência atuação em cíveis e criminais do controle externo da atividade policial
Estabelecimentos Prisionais e Penitenciários	5	Doutrina e jurisprudência atuação em cíveis e criminais do controle externo da atividade policial,

Fonte: Elaborado pelo autor

6.3.8 Matriz de Assunto: Procuradoria dos Direitos do Cidadão

Atuação da Procuradoria de defesa do Cidadão está previsto na lei nº75, de 20 de maio de 1993, sobre a manutenção dos direitos sociais, regulação e proteção dos direitos fundamentais. Dessa forma, o quadro 16 apresenta estes assuntos com os aspectos de defesa do cidadão articulado com segmentos da sociedade civil.

Quadro 16: Assuntos da Procuradoria da República dos Direitos do Cidadão

Assuntos	Nível da Coleção Conspectus	Aspectos a serem observados
Pessoas com deficiência	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Direitos e Garantias Fundamentais	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Defensores de Direitos Humanos	5	Adequação, doutrina e jurisprudência
Ingresso no Curso Superior	5	Adequação, doutrina e jurisprudência

Fonte: Elaborado pelo autor

6.3.9 Matriz de Assunto: Atuação Eleitoral

De acordo com a lei orgânica do Ministério Público da União prever a atuação eleitoral e ação fiscalizadora nas possíveis infrações e abusos cometido no processo eleitoral (BRASIL, 1993).

O quadro 17 resgatar dentro do Ministério Público Federal atuação na área eleitoral como fiscalizador e mantenedor da ordem no processo eleitoral, de modo que mais assuntos sobre essa temática podem ser explorados.

Quadro 17: Assuntos da Câmara da atuação eleitoral

Assuntos	Nível da Coleção Conspectus	Aspectos a serem observados
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Conduta Vedada a Emissora de Rádio/Televisão na Programação Normal	5	Adequação, doutrina e jurisprudência acerca da influência do poder econômico e abuso do poder político e administrativo (BRASIL, 1993).

Fonte: Elaborado pelo autor

6.3.10 Matriz de Assunto: Cooperação Internacional:

Quadro 18: Assuntos da Cooperação internacional.

Atuação na cooperação internacional é um ramo recente que articula o ministério público com organismos interacional na atuação conjunta diversa, principalmente, na esfera criminal internacional, por isso, não foram elencados mais assuntos no acervo bibliográfico da Procuradoria da República no Estado do Pará.

Assuntos	Nível da Coleção Conspectus	Aspectos a serem observados
Tráfico Internacional de Pessoas	5	Adequação, doutrina e jurisprudência

Fonte: Elaborado pelo autor.

6.4 Montagem da modelagem dos processos de desenvolvimento de coleção, com ênfase na seleção, aquisição.

Na atividade de desenvolvimento de coleção é necessário como já foi comentado ter algumas informações, tais como por que?, que?, onde?, quando?, quem? e como?, questões norteadoras tais como Weitz (2006) e Vergueiro (2002), discorreram e além disso, um diagnóstico da situação, tal como proposto por Almeida (2004) auxiliam no levantamento das atividades de determinado processos.

Como objetivo específico c visa realizar a modelagem dos processos de seleção e aquisição, pois são os processos tanto que se relacionam com a missão institucional ao selecionar as obras com os assuntos que se articulam com os objetivos institucionais e aquisição é a execução do que ficou decidido.

Com o levantamento, por meio do inventário dos assuntos do MPF da unidade estadual da PR/PA, junto com os níveis de profundidade conforme o método de Conspectus, o qual serve como mapeamento dos assuntos gerais e somado com esse levantamento as tendências dos assuntos das câmaras institucionais, que por meio de uma ferramenta chamada matriz de assunto, formada a parti do Conspectus,

para conhecer quais fontes de informação são próprias para cada objetivo. Então primeiramente será mostrado um fluxo de trabalho dos processos de seleção e aquisição na sequência. Vale ressaltar que o processo de seleção da PR/PA é executado por diversas tarefas que compõem a atividade, só que ainda não possui uma comissão de seleção que atue na seleção e possa estabelecer diretrizes garantindo mais consistência no processo, porém a atividade possui atos normativos e administrativos que conduzem o fluxo administrativo.

Fluxo 2. Processo de Seleção com suas atividades executadas

✓ BIBLIOTECA

Recebe as sugestões de novos livros
 Pesquisa nas bases de dados internas pelo item
 Avalia o livro selecionado conforme os objetivos institucionais
 Utiliza instrumentos auxiliares na pesquisa
 Cota o preço nos catálogos de venda
 Monta a referência
 Aplica o desconto da licitação
 Elabora a lista desiderata
 Elabora a lista para desbastaar
 Aguarda para iniciar a aquisição

Fonte: Elaborado pelo autor

Por meio do Fluxo no apêndice 1, é descrito o processo de seleção da PR/PA, com início na recepção das sugestões dos novos livros, o qual por meio de pesquisa nas bases de dados internas, será feita a avaliação com base em algum método, o Conspectus pode ser recomendado, a utilização de instrumentos auxiliares na pesquisa, como as matrizes de assunto com os termos preferidos. Dessa maneira, é feita a cotação dos preços no catálogo de vendas das editoras, em seguida aplicação dos descontos da licitação para elaboração da lista desiderata e pode ser

feito o processo de desbastamento enquanto se aguarda o início do processo de aquisição.

É recomendável que os trabalhos sejam feitos por uma comissão autorizada por ato administrativo interno pelo dirigente do órgão que se localiza a biblioteca, de modo a permitir o compartilhamento dos conhecimentos. Ademais, o uso do Conspectus permiti um grande levantamento dos assuntos tratados pelas unidades de informação da PR/PA.

6.5 Modelagem do Processo de Aquisição

Como já foi mencionado, o processo de aquisição representa a etapa administrativa de implementação das decisões tomadas pelo processo de seleção, de modo que caminham juntos o que se seleciona se adquire no fluxo do apêndice 2 é apresentado a rotina exercida pelo PR/PA, o importante é observa como é feita hoje e para se documentar e se estudar possíveis melhoria no processo, pela troca de conhecimento dos setores envolvidos se pode melhora o processo e com o Conspectus ter e mente os assuntos escolhidos que estão nos títulos novos.

Fluxo 3: Processo de Aquisição com suas atividades executada pela estrutura administrativa do MPF

- ✓ Início: pregão eletrônico
- Liberar recurso
- ✓ Neof
- Comunicar a biblioteca
- ✓ Biblioteca
- Recebe lista desiderata
- Dividir os proventos para a PR e PRM
- Repassa para fornecedora
- Recebe livros
- Conferi listas de livros recebidos
- Compor planilha e encaminha para o Selog
- Cataloga o item
- Etiqueta com o código do Pergamum

Etiqueta com o número de patrimônio
Organizar malotes para as PRMs
Disponibilizar livros adquiridos para as PR/Belém
Arquiva todo o processo de aquisição no único

✓ Selog

Liquida despesas

Paga

Encaminha a biblioteca a etiqueta de patrimônio

✓ Fornecedora

Recebe planilha da equipe da biblioteca

Encaminhar à equipe da biblioteca

Fonte: Elaborado pelo autor

Na modelagem do processo de aquisição, percebe-se uma maior facilidade, pois como etapa administrativa já possui um fluxo bem desenvolvido, conforme o fluxo 3. É importante salientar que no apêndice esta pormenorizada todos os agentes interno da PR/PA e o fato terem bem definida suas atribuições e deveres na condução da aquisição dos livros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim o trabalho de desenvolver a coleção é uma atividade não apenas uma questão técnica, mas social e deve ser participativa, na medida em que os bibliotecários, imbuídos como gestores das unidades de informação devem promover um trabalho de reconhecimento das coleções sobre sua tutela e estarem alinhados com os objetivos da sua instituição.

Com essa visão, devem busca conhecimento e melhores modelos, instrumentos e técnicas para tratarem o acervo. Neste sentido, o método Conspectus foi proposto como um grande “retrato” da coleção ou sinopse dos assuntos, de um surgimento internacional proposto por um órgão internacional, IFLA, foi deportando de relevância e curiosidade, pois dada as conjunturas socioeconômica de cortes e contingenciamento das verbas destinadas as bibliotecas e centro de documentação, a qual disputam com outros setores e também o avanço tecnológico que competem com biblioteca no fornecimento de informação as pessoas.

Dessa forma, é necessário que as unidades de informações devem primar pela qualidade das seus serviços e produtos, bem como estabelecer maior aproximação com seus usuários, possuem o centro de enfoque como em outros setores. É preciso que os gestores das unidades de informação saibam utilizar e a realizar estudos práticos de modo a dar prioridade a partes prioritárias da coleção que estejam em consonância com os objetivos institucionais.

A necessidade de se ter bem concretos os processos bases, assim como os de desenvolvimento de coleção, tais como os de seleção, aquisição, desbastamento, estudos de usuários e avaliação são interdependentes e com uma relação bem próxima. Utilização de métodos específicos, como o Conspectus, apoiam nos, na seleção e desbastamento verificarem os títulos cujos os assuntos são estratégicos à organização ou já não possuem relevância, bem como na aquisição se compromete adquirir os assuntos selecionados para compor a coleção. Diante disso avaliação da coleção terá papel preponderante nos demais processos, ao se utilizar o Conspectus a coleção passará ser avaliada por níveis dos assuntos, sendo que são de 0, 1, 2,3, 4 e 5, sendo fora de escopo, nível mínimo, básico, instrução, pesquisa e abrangente, o fato dos assuntos estarem organizados dessa forma já auxiliar a

planificar a coleção, analisar o orçamento proposto, auxiliar no recebimento ou não de uma doação e na permuta de assuntos por rede.

Além disso, ter um método que descreva a coleção, faz parte de uma política de desenvolvimento da coleção ao estruturar, formalizar e servi de relações pública com sua comunidade de usuários e outras instituições, de como a coleção organizada e uma garantia da biblioteca a mais de acaba recaindo em algum corte programado ou justificado por não aparenta ser mais estruturado do que outros setores. Também se faz a saber que próxima da sua comunidade de usuários é extremamente importante e necessário, pois os dois pilares do desenvolvimento de coleção são a coleção e os usuários, os recursos humanos e informacionais andam junto, de modo que um justifica outro.

Ademais, os processos devem ser pautados por um fluxo e sempre melhorados, nesse sentido a gestão por processo funciona como um ajuste e sempre retoma na melhor execução ao permitir que os participantes saibam suas atividades, tarefas e passos, sempre em vistas ao processo de negócio, nas instituições públicas a melhoria deve permitir um melhor ajuste a sua missão e a suas atividades externas e internas, de modo que os processos de uma biblioteca não são alheios a sua instituição mantenedora e deve alinha a ela.

As unidades de informação jurídicas estão inseridas nesse processo, pois como sendo bibliotecas especializadas devem busca o aprimoramento dos seus produtos e serviços, assim como das coleções para que reflitam as expectativas, ao fornecer uma gama de produtos e especializados no mais alto grau de qualidade. As 5 leis de Ranganathan são, ora princípios norteadores para o aprimoramento de uma biblioteca e na sua busca por qualidade total.

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República no estado do Pará é uma unidade administrativa que tem muitas entradas de recursos das mais várias naturezas e finalidades e o trato com sua coleção bibliográfica é fundamental para esta alinhada com as necessidades de informação de Procuradores da República e servidores no desempenho do papel constitucional. Esta pesquisa ao realizar o inventário dos assuntos do acervo do posto avançado no edifício Evolution, tentou num esforço ter os níveis de profundidade da coleção para auxiliar nos trabalhos de aquisição e ainda mostra a importância de ter uma equipe que trabalhe

com atividade anterior a seleção de material as matrizes de assuntos são ótimas ferramentas para auxiliar.

O objetivo dessa pesquisa, não foi mostrar como o Conspectus é um método amplo e que tem que ser amplamente utilizado unitariamente, até porque não existe método completo, é um conjunto de métodos utilizados e que complementam a tarefa desafiadora de desenvolver a coleção de uma unidade de informação.

REFERÊNCIA

ASSOCIATION BUSINESS PROCESS MANAGEMENT PROFESSIONALS. **BPM CBOK V3.0**: guia para o gerenciamento de processos de negócio corpo comum de conhecimento. Brasil?: s.l, 2013. Disponível em: https://cdn.ymaws.com/www.abmp.org/resource/resmgr/Docs/ABPMP_CBOK_Guide__Portuguese.pdf. Acesso em: 04 ago. 2018

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Sistemas de Gestão da Qualidade, Fundamentos e Vocabulário**: ABNT NBR ISSO 9000:2015. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa. **Planejamento de Bibliotecas e serviços de informação**. 2. Ed. ver., ampl., Brasília/ DF: Briquet de Lemos/Livros, 2005.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. A importância dos instrumentos auxiliares de seleção: considerações da literatura do século XIX e usos no real gabinete português de leitura. **DataGramZero**, v. 9, n. 4, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6329>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos. Estudos dos usuários: visão global dos métodos de coleta. **Perspectivas em Ciência da informação**, v.12, n.2, p. 168-184, maio/ago, 2007.

BRASIL. Lei Orgânica do Ministério Público Nº 75, de 20 de Maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp75.htm. Acesso: 19 jul. 2019.

BRASIL. Câmaras dos Deputados. Política de desenvolvimento de coleções [recurso eletrônico] : instituída pela Portaria nº 394 de 24 de setembro de 2013. Brasília/DF: Câmaras dos Deputados, 2014. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18279>. Acesso em: 24 fev., 2019.

BRASIL. [Constituição federal (1988)]. **Constituição da República do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Regimento Interno Administrativo**. Brasília, DF: MPF. 15 de maio de 2015. Disponível em: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/109656/3_Regimento

_Interno_ADMINISTRATIVO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 de jun. 2019.

BRASIL. Conselho Superior do Ministério Público Federal. **Resolução CSMPF Nº 20, de 6 de fevereiro de 1996**. Estabelece normas relativas a organização e funcionamento das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Brasília, DF: CSMPF, 1996. Disponível em: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/368/RES_CSMPF_1996_20.pdf?sequence=6&isAllowed=y. Acesso: 19 de jul. 2019.

BRASIL. Conselho Superior do Ministério Público Federal. **Resolução CSMPF nº 148, de 01 de abril de 2014b**. Dispõe sobre a estrutura de organização temática das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Brasília, DF: CSMPF, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/5107>. Acesso em: 21 de jun. 2019.

BRASIL. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Portaria PRSP nº 451, de 4 de agosto de 2016**. Implementa a Política de Desenvolvimento de Coleções da Divisão de Biblioteca da Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Brasília, DF: PRSP, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/94050>. Acesso em: 11 de abr. 2019.

CARIBÉ, Rita de Cássia Vale. Conspectus: Um método para o gerenciamento de coleções de bibliotecas. **Revista digital biblioteconomia Ciência da Informação**. v.12, n. 1, p 39-60, jan/abr, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1617>. Acesso em 12 jul. 2018

CUNHA, Murilo Bastos. A técnica de Delphos e a Pesquisa em Biblioteconomia. **Revista Escola Biblioteconomia da UFMG**. v.12, n.2, p.196-206, set., 1984.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angélica; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudos de Usuários da Informação**. São Paulo: Atlas, 2015. 448 p.

DAVENPORT, Thomas H. **Reengenharia de Processo**: Como inovar na empresa através da tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 391 p.

IBARRA, Ana María Talavera. Desarrollo de Colecciones em bibliotecas universitária. *In*: JORNADAS NACIONALES DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 2., 2005, Trujillo. **Anais** [...]. Trujillo: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005. Disponível em: http://eprints.rclis.org/9166/1/talavera_conspectus.pdf. Acesso em:

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Guidelines for a Collection Development Policy using the Conspectus Model**. IFLA, 2001. Disponível em : <https://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/gcdp-en.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara. **Federação Interacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas**: diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2012.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento & Avaliação de Coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993. 184 p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Textos avançados em Referência & Informação**. São Paulo: Polis: APB, 1996. 124 p. (Coleção Palavras-chaves, n.6).

GOMES, Thulio Pereira Dias. Política de seleção para incubadora de empresas: princípios, critérios e diretrizes. **Folha de Rosto**, v. 3, n. 1, p. 16-23, 2017

GONÇALVES, Ana Lúcia Ferreira. **Gestão da Informação na Perspectivas do Usuário**: Subsídios para uma Política em Bibliotecas universitária. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013. 156 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília/DF: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

LANCASTER, F.W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 356 p.

LIMA, Regina Célia Montenegro; FIGUEIREDO, Nice Menezes. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. **Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, 1984. DOI: [10.18225/ci.inf.v13i2.202](https://doi.org/10.18225/ci.inf.v13i2.202) Acesso em: 22 jun. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. 312

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000.

MAXIMINO, Pedro Manuel Cardina. **Metodologia para a avaliação de coleções:** estudo aplicado a uma biblioteca portuguesa. 2006. Tese (Programa de Doctorat Informació i Documentació en l'Era Digital Bienni 2002-04) - Facultat de Biblioteconomia i Documentació, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2006. Disponível em: https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/762/01_PCM_TesiParte1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 set. 2018

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de Coleção: Uma visão para o planejamento nas bibliotecas jurídicas brasileiras. **Páginas a&b**. v. 3, n. 8, p. 35-54, 2017

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, c2006. 82 p.

PAULA, Maciléia Aparecida de; VALLS, Valéris Martins. Mapeamento de Processos em Bibliotecas: Revisão de literatura e apresentação de metodologias. **Revista digital biblioteconomia Ciência da Informação**. V.12, n.3, p. 136-156, set./dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1598>. Acesso em: 06 nov. 2018

PAULA, Maciléia Aparecida de; VERGUEIRO, Waldomiro. Avaliação de Desempenho em Bibliotecas: revisão de literatura apresentação de indicadores. **Informação & Sociedade**. v. 28, n.1, p.269-284, jan./ abr., 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38263>. Acesso em: 23 out. 2018

PARÁ. Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves. **Instrução Normativa N. 001 de 04 de fevereiro 2010** [Política de Desenvolvimento de Coleção da Biblioteca Pública Arthur Vianna]. Pará: Fundação Cultural do Pará, 9 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2010/2010.02.09.DOE.pdf>. Acesso em: 8 de out. 2010.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de Informação para pesquisa em Direito**. Brasília/DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009. 170 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em:

feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 19.ago

RANGANATHAN, S.R. **As Cinco Leis da Biblioteconomia**. Brasília/DF: Briquet Lemos/Livros, 2009. 326 p.

SANDOVAL, Liliana Mercedes Medina. **Aplicación del Modelo Conspectus para la evaluación de la colección de referencia de la Biblioteca de la Universidad San Ignacio de Loyola**. Orientador: Carlos Rojas Lázaro. 2007. 108 f. Informe Profesional (Monografía para Título Profesional de Licenciada en Bibliotecología y Ciencias de la Información) – Facultad de Letras y Ciências Humanas, Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima, 2007. Disponível em: http://cybertesis.unmsm.edu.pe/bitstream/handle/cybertesis/6691/Medina_sl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jun. 2019

SODI, José Osvaldo de. **Gestão por Processo**: uma abordagem da moderna administração. 2. Ed. ver. E atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 270 p.

GUEDES, Anacryste; XAVIER, Gesner; RIOS, Marcos. Formação do acervo X Desenvolvimento da Coleção. **Slides Shares**, 28 de set. de 2010. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/GesnerXavier/desenvolvimento-do-acervo-verso-final2>. Acesso em: 20 jun 2019.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Qualidade em serviços de informação**. São Paulo: Arte% Ciência, 2002. 124 p.

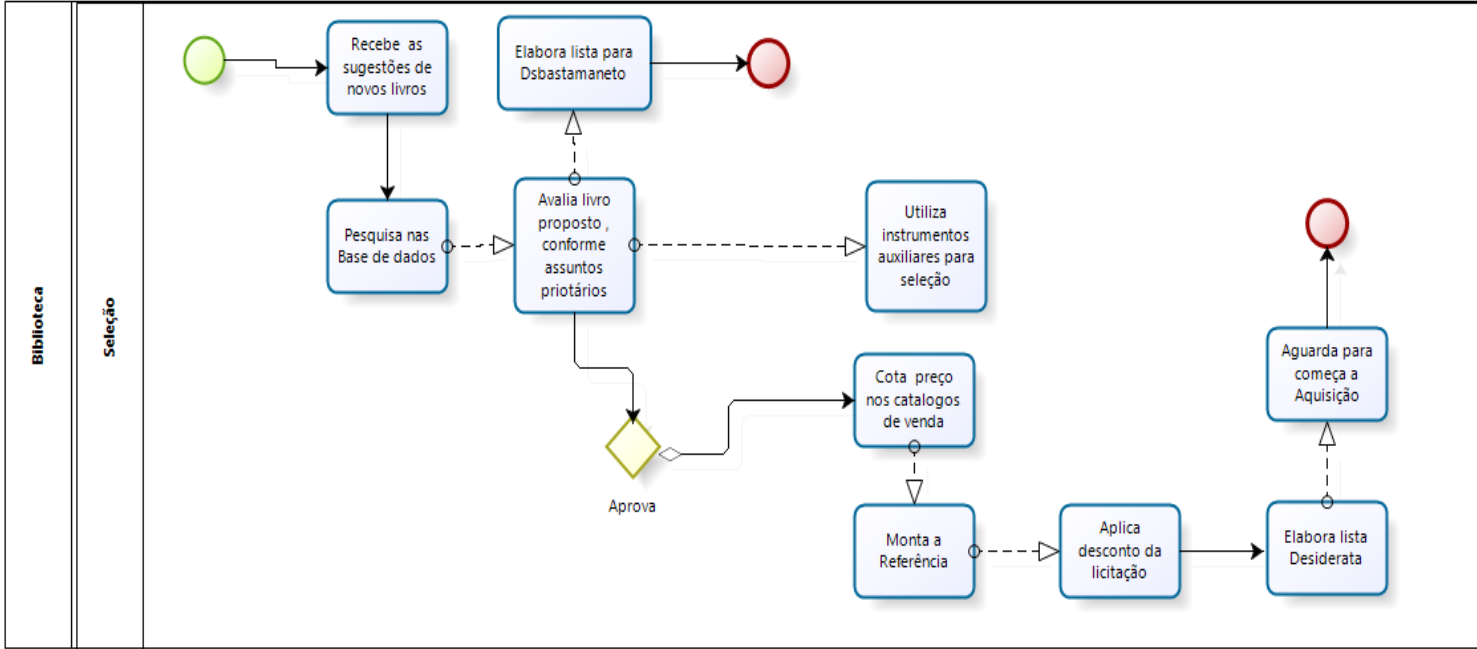
VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de Coleção**. São Paulo: Polis: APC, 1989. (Coleção Palavras-Chaves, 1).

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1995. 110 p.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**. v.3, n. 24, p.179-190, set/dez, 2012.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectiva Ciência da Informação**. v. 7, n. 1, p.61-67, jan/jun. 2002.

APÊNDICE 1: FLUXO DA ATIVIDADE DE SELEÇÃO DA PR/PA



APÊNDICE 2: FLUXO DA ATIVIDADE DE AQUISIÇÃO

